



O AGRO QUE É TÓXICO

Das nuvens de veneno à
comida na mesa, os impactos
nocivos dos agrotóxicos na
saúde humana e no ambiente





Cerca de dois mil representantes dos povos originários de 34 Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena estiveram reunidos em Brasília, entre os dias 14 e 18 de novembro, para a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI). O encontro aconteceu exatamente quatro anos depois do inicialmente previsto, e quase 10 anos após a 5ª CNSI, realizada em 2013. Leia mais na pág. 7

FOTO: DIVULGAÇÃO/MS

RADIS

edição 243 . dez 2022

CAPA: ILUSTRAÇÃO DIGITAL DE EDUARDO DE OLIVEIRA

EDITORIAL

3 A morte que vem do alto x a esperança

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

CAPA | AGROTÓXICOS

10 Terra envenenada

15 Veneno na mesa

17 Veneno no pacote

19 Antídoto ao veneno

AGROECOLOGIA

20 Território saudável

GESTÃO DO TRABALHO

24 Quanto vale a enfermagem?

RADIS 40 ANOS

28 Radis do futuro

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO

35 A Saúde no e-luminismo

A morte que vem do alto x a esperança

*“Fé na vida, fé no homem,
fé no que virá
Nós podemos tudo,
nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será”*

Sementes do Amanhã. Gonzaguinha, 1984

Para encerra as comemorações do aniversário do Programa e da Revista *Radis*, sete figuras que se destacam na defesa da Saúde, da democracia e nos movimentos sociais foram convidadas para falar do que sonham ver acontecendo no Brasil, na saúde e no SUS no futuro e publicado na revista daqui a 10 anos. Ao se disponibilizar a ouvir e se aprofundar em narrativas que não fossem às dos repórteres, *Radis* buscou trazer perspectivas que complementassem o que já foi publicado, permitindo conhecer o desejo de novas pautas, assuntos e pessoas, na troca de conhecimentos.

São sete visões de um Brasil dando certo, com um sistema de saúde forte, ampla cobertura vacinal, erradicação de doenças preveníveis, valorização de trabalhadores da saúde, igualdade, solidariedade e resgate de ideais de democracia, que apareceram como um sonho possível para que mais portas sejam abertas e caminhos importantes sejam percorridos e ocupados.

O avião passa, uma névoa branca e fétida adentra as casas e o ar fica irrespirável. A neblina vai chegando, junto com coceira, náusea e dor de cabeça. Em poucos dias as hortas e roças amarelam, os frutos das agroflorestas caem, as flores secam e a população adocece. Esta não é uma cena de ficção e nem um filme sobre a guerra no Vietnã, quando os militares americanos despejaram milhões de litros de herbicidas sobre a selva onde se escondiam o povo vietnamita e sobre as plantações de arroz que os alimentavam.

O uso de agrotóxicos na agricultura é comum no mundo todo. Usados para evitar pragas em uma plantação, no Brasil atinge riscos alarmantes, não só pelo uso de substâncias já proibidas na Europa, como pela utilização inadequada, o que gera riscos à saúde das pessoas por intoxicações que podem levar à incapacidade e à morte, e hoje constitui um grande problema de saúde pública.

O modelo de produção agrícola praticado no Brasil pelos grandes produtores com precária regulação visa a exportação de produtos agrícolas cultivados em grandes propriedades

monocultoras, com o fim de elevar os índices de produtividade a qualquer custo, o que é comemorado pelos governos por fazer superavit primário para pagamento da dívida externa, com seus juros extorsivos e nunca auditados.

O uso de agrotóxicos em território brasileiro se ampliou no governo que se encerra, quando somente em 2021 foram aprovados 499 novos pesticidas no país, um número recorde, alcançado pela atuação da agenda do agronegócio no Congresso brasileiro, que trabalha para se beneficiar de legislações ambientais fracas, além de dismantelar órgãos governamentais responsáveis pela proteção do meio ambiente.

Na outra ponta quilombolas, camponeses e populações tradicionais — que verdadeiramente alimentam com sua produção a população brasileira, e utilizam seus “saberes e modo de cultivar a terra que atravessam gerações”, como afirmou Fran Paula, educadora e quilombola, entrevistada nesta edição — contam com o apoio de entidades e organizações populares, para resistir ao crescente modelo do agronegócio, grande exportador de commodities.

O uso indiscriminado de pesticidas, aliado à produção de monocultura incentivado pela benesse de não pagar imposto de exportação da soja, além de trazer danos ao meio ambiente e destruir a biodiversidade, viola direitos das comunidades locais, cujo modo de vida ancestral é ligado à terra e por isso são importantes atores nos novos modos e estágios de produção no campo.

Todas as violências que acontecem no campo remetem ao reconhecimento da perda da cidadania e humanidade do outro, que acaba sendo vítima de toda sorte de violações indignas, porque é fácil desumanizar uma pessoa que não consegue se defender diante de um poder opressor.

Esta é a última revista editada em 2022, embora por problemas com os Correios os leitores possam recebê-la em 2023.

2022 foi um ano difícil, em que os brasileiros tiveram de lidar com as consequências da covid, inflação, a volta ao mapa da fome, queimadas e desmatamentos, as fake news, as desumanizações dos mais carentes, das mulheres, dos negros, dos ditos “diferentes” e as ameaças à democracia. Mas a esperança “há de brilhar”, não uma esperança ingênua. Mas uma esperança na fé de construção de um novo caminho para sair do atual caos. E acima de tudo uma esperança generosa com as relações de amizades, com a família, o trabalho e os afazeres e com os que queiram se somar numa caminhada de reconstrução do que foi perdido nos últimos quatro anos, porque ainda dá tempo e o Brasil é muito maior do que o ódio alimentado nesses tempos.

Boa leitura e bom Novo Ano!

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



EM DEFESA DO SUS

Amo o SUS. Também formei em Saúde Coletiva e trabalhei com toda a garra e amor como psicóloga! Tínhamos muitos projetos coletivos, destruídos pela privatização e por OSs (organizações sociais) que não valorizam nosso trabalho, nos pagam mal e, pior, não dão a mínima para longitudinalidade no cuidado, para projetos potentes e profissionais competentes e comprometidos. “Não aceita uma redução de 30%, 40% em seu salário? Tem uma fila que aceita”. Infelizmente, essa é uma estratégia da política de parceria público-privada. Quem sabe um dia retorno a sonhar dentro do SUS com mais dignidade.

Aury Archanjo, via Instagram

LUCIA SOUTO: HORA DE REFUNDAR O BRASIL

Lucia é um exemplo para todos nós. Viva o SUS! Viva Lucia!

Alexandre Telles, Rio de Janeiro, RJ

Gratidão. Viva Lucia! Viva o SUS!

Aparecida Guedes, Tombos, MG

Um testemunho, uma aula, uma história de luta e paixão.

Rogério Lannes, Rio de Janeiro, RJ

40 ANOS DE RADIS

Eu recebo a revista *Radis* pelos Correios, porém, com um certo atraso. Esses dias recebi a edição referente a agosto. Mas independente disso, a revista é perfeita, adoro o conteúdo.

Josi Souza, via Instagram

A minha chegou. Assino há mais de 10 anos. Sempre cumprindo o papel social de bem informar. Amoooo! Parabéns pelos 40 anos.

Celia Nunes, via Instagram

PUBLICAR ARTIGO NA RADIS

Quais são as normas para a publicação de artigos na revista *Radis*?

Luiz Gomes de Brito Neto, por email

R: Olá, Luiz! A *Radis* é uma revista jornalística e não publica artigos científicos. Porém, contamos com a seção Pós-tudo — sempre na página 35 — em que estamos abertos para receber artigos sobre temas diversos enviados pelos nossos leitores e leitoras. Para enviar um texto ou uma sugestão de pauta, entre em contato pelo email radisfiocruz@gmail.com.



DIREITO À INFORMAÇÃO E CÂNCER DE MAMA

Sou orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Controle do Câncer do Instituto Nacional de Câncer (Inca) de um estudo inédito intitulado “Perfil de conhecimento dos direitos dos pacientes oncológicos em indivíduos em início de tratamento nos ambulatórios de Radioterapia e Quimioterapia de um centro de referência do SUS em Juiz de Fora/MG”. Os pacientes oncológicos atendidos no SUS necessitam ter os seus cuidados integrais fortalecidos. Já fragilizados no que diz respeito às suas saúdes, a melhoria das condições socioeconômicas por meio do acesso a direitos aos quais eles são elegíveis acaba impactando positivamente o acesso a determinantes do processo saúde-doença, tais como acesso à alimentação, habitação, educação, meio ambiente, trabalho, transporte e lazer. Esse estudo traz uma análise inédita no Brasil sobre a importância de aumentar o acesso à informação para pacientes que podem usufruir dos benefícios de um Estado democrático de direito. Caso seja de interesse da *Radis*, queria entender como fazer para publicar na revista. Obrigado antecipadamente pela atenção.

André Salem Szklo, por email

R: Olá, André! Agradecemos pela ótima sugestão de pauta. Parabéns pelo estudo! Vamos levar o tema para nossa reunião de pauta e analisar a possibilidade de abordá-lo na revista. Abraço!

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Ana Cláudia Peres,
Liseane Morosini,
Glauber Tiburtino,
Licia Oliveira;
Luiza Zauza e
Fernanda Mendes
(estágio supervisionado)

Arte
Felipe Plauska

Documentação
Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

Administração
Fábio Lucas,
Flávia Vianna Papacena,
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão RJ OFFSET Indústria Gráfica Sustentável Tiragem 123.000 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministerio da Saude

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

PEC da Transição: os desafios dos próximos quatro anos

Passada a eleição presidencial com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 50,9% dos votos válidos, a atenção se voltou para a transição do governo. O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), apresentou (16/11) a minuta para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, que inclui no Orçamento de 2023 o Auxílio Brasil ou o programa social que vier a substituí-lo a partir do próximo ano. A proposta é manter o pagamento do valor de R\$ 600 acrescidos de uma parcela extra de R\$ 150 para cada criança com idade abaixo de 6 anos. A minuta da equipe de transição prevê que o programa seja excluído do teto de gastos de forma permanente, alternativa que enfrenta resistência no Congresso Nacional, como destacou a Agência Senado (16/11).

A partir das sugestões encaminhadas por Alckmin, o texto da PEC será elaborado pelo relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), após negociação com as lideranças do Senado. A proposta do governo eleito possui pontos de rejeição por parte da base de apoio de Jair

Bolsonaro (PL). O chamado Centrão manifestou-se inicialmente contrário a manter o benefício social correspondente ao Auxílio Brasil fora do teto pelos próximos quatro anos. A previsão é que o programa de renda tenha um custo de R\$ 175 bilhões em 2023.

A proposta de colocar o benefício social fora do teto de gastos é uma das tentativas de contornar o grave contingenciamento financeiro que deve ser assumido pelo próximo governo, mediante o rombo calculado no orçamento de 2023. Se no início da transição chegou-se a estimar um déficit de R\$ 150 bilhões nas contas públicas, para o ex-presidente do Banco Central e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles — criador do teto de gastos —, o rombo fiscal deixado pelo governo Bolsonaro para o próximo mandato presidencial será quase três vezes maior do que o estimado inicialmente. Uma defasagem, portanto, que pode chegar ao montante de R\$ 400 bilhões. A estimativa preocupante projeta uma realidade financeira difícil que será herdada pelo novo governo.

Os nomes da transição

Escolhido pelo presidente eleito Lula para liderar a equipe de transição, Alckmin anunciou os nomes que vão compor os 31 grupos temáticos encarregados de preparar a mudança de governo que ocorrerá em 1º de janeiro de 2023. A equipe pode contar com até 50 nomeados, mas não há limites para o número de voluntários, que têm a função de sistematizar sugestões para pautar as políticas públicas nos próximos quatro anos. Ao todo, foram anunciados quase 300 nomes.

Entre eles, velhos e novos conhecidos. Gleisi Hoffmann (PT) será coordenadora de relações institucionais; André Janones (Avante) atuará no núcleo de comunicação social. Marina Silva foi anunciada para a área de meio ambiente (Rede Sustentabilidade), enquanto Kátia Abreu (PP) ocupará uma vaga no núcleo de agricultura. Na saúde, os ex-ministros Alexandre Padilha, Arthur Chioro, José Gomes Temporão e Humberto Costa fazem parte da equipe, que conta ainda

com a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, e com a sanitarista Lucia Souto, presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes).

“Espero contribuir, com base na minha experiência na Fiocruz e como parte da comunidade científica, em defesa do SUS fortalecido numa perspectiva democrática”, escreveu Nísia em sua página no Twitter (16/11). Também já foi anunciada a criação do Ministério dos Povos Originários, promessa de Lula na campanha, com a presença de um grupo temático para discutir o assunto, que conta com as deputadas eleitas Célia Xakriabá (PSOL-MG) e Sonia Guajajara (PSOL-SP) e com a atual deputada Joênia Wapichana (Rede-RR). Embora inclua nomes como o do professor Silvio Almeida e da jornalista Anielle Franco, a equipe de transição também recebeu críticas por haver pouca representação de negros e negras, como destacou o site Notícia Preta (21/11).



Covid em alta (de novo)

Dados epidemiológicos evidenciam uma nova onda de casos de covid-19 no Brasil e em diversas partes do mundo. Os casos confirmados saltaram 465% nas farmácias do Brasil em outubro, segundo dados da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), como noticiou O Globo (11/11). As informações oficiais também demonstram que o escalonamento de casos avançou em novembro. De acordo com o Jornal Extra (19/11), no estado do Rio de Janeiro houve 330% de aumento no número de registros da doença entre as semanas de 30/10 a 5/11 e de 6/11 a 12/11, sendo totalizadas 4.368 ocorrências no primeiro período e 18.799 no outro.

A principal causa para o recrudescimento da pandemia tem sido a circulação de novas subvariantes da Ômicron, como a BQ.1, com grau elevado de transmissibilidade. Ao acompanhar a tendência de comportamento da subvariante nos países onde ela foi detectada primeiro, especialistas estimam que a nova onda deve perdurar por cerca de dois meses. Mediante o cenário atual, autoridades sanitárias voltam a reforçar a importância da manutenção do esquema vacinal completo, conforme orientações para cada faixa etária e condições de saúde. Além disso, muitas cidades também retomaram ou reforçaram ações de proteção coletiva.

Volta do uso de máscaras

Na esteira do aumento de casos de covid-19 no Brasil, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) defendeu publicamente (11/11) a volta do uso de máscaras como uma das medidas para evitar que o cenário atual acarrete um possível aumento de internações, superlotação nos hospitais e mais mortes no futuro. O incentivo à vacinação é outra importante orientação protetiva. A entidade divulgou nota técnica de alerta, elaborada por seu Comitê Científico de Covid-19 e Infecções Respiratórias e assinada pelo presidente da SBI, Alberto Chebabo.

Para que nunca se esqueça

“Negar a responsabilidade criminoso de um governo que fez propaganda contra uso de máscaras, contra o distanciamento social, vendeu medicamentos sem eficácia e definitivamente tomou decisões para propagar o vírus, é uma forma de matar uma segunda vez as vítimas da covid-19, agredir continuamente as famílias enlutadas”, afirma a Frente pela Vida, em manifesto (7/11) contra o pedido de arquivamento de ações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid feito pela Procuradoria Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A mensagem relembra que durante a realização da CPI foi apresentada ampla documentação sobre os crimes cometidos contra a população. Um exemplo é a pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (Cepedisa) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, que avaliou 3.049 decisões governamentais e comprovou como as ações do governo federal influenciaram a propagação do vírus e o agravamento da pandemia.

Atraso nas doses de reforço

De acordo com dados do Programa Nacional de Imunizações (PNI), mais de 69 milhões de brasileiros não tomaram a primeira dose de reforço da vacina contra a covid-19, enquanto 32,8 milhões não voltaram aos postos de vacinação para receber a segunda dose de reforço. Os números foram divulgados pelo Ministério da Saúde no dia 11 de novembro. A nota ainda reforçou a importância de cada brasileiro estar com o esquema vacinal completo contra o coronavírus, já que, com a caderneta atualizada, aumentou-se em mais cinco vezes a proteção contra casos graves e óbitos pela doença. As orientações podem variar, por isso, é necessário checar o cronograma vacinal previsto por cada Secretaria de Saúde. O atraso nos reforços preocupa em meio a um cenário de aumento dos números de casos positivos de covid-19, alertado pelo boletim InfoGripe Fiocruz (18/11).



6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

Os cortes no orçamento da saúde indígena foram recebidos com indignação pelos cerca de dois mil representantes dos povos originários reunidos na 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), realizada entre os dias 14 e 18 de novembro, em Brasília. A proposta apresentada pelo governo Bolsonaro ao Congresso reduz em 60% os recursos para a área em 2023, retirando cerca de R\$ 964 milhões de um montante de R\$ 1,4 bilhão, valor que já era considerado insuficiente para atender as necessidades desta população.

Mais de 1.300 lideranças assinaram na conferência uma moção de apelo pela recomposição do orçamento para valores, pelo menos, iguais aos que foram aplicados em 2022.

O texto foi entregue, em 18 de novembro, aos senadores Humberto Costa, que integra a equipe de transição da área da Saúde do futuro governo, e Confúcio Moura, relator do orçamento da Saúde para 2023.

“Tanta luta e resistência e vemos uma manobra dessa para decretar a morte dos nossos povos. Em nome de todos os indígenas do Brasil, pedimos que nos socorram, porque o que há previsto só mantém a saúde indígena pelos próximos quatro meses”, afirmou a liderança indígena Neguinho Truká, ao entregar a moção a Costa, que se comprometeu com a recomposição.

“Temos vivido um tempo em que a gestão pública não respeita o controle social. Não podemos esquecer o que aconteceu nos últimos quatro anos, para que não se repita. Houve um genocídio em nosso país, e a população indígena foi a que mais sofreu”, avaliou o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto, segundo relato do site do CNS, que organizou o evento juntamente com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde.

Letalidade por covid-19 é maior em municípios mais pobres

Reafirmando uma lógica cruel observada a partir das determinações sociais da saúde, mais uma vez a desigualdade social tem sido um agravante para a letalidade em uma crise sanitária. A tendência é ratificada na pandemia de covid-19. Um estudo publicado no periódico científico Preventive Medicine analisou cerca de 3 milhões de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave de pessoas que foram internadas e que morreram entre 2020 e 2021 — dessas, 1,9 milhão com diagnóstico confirmado de covid. O estudo identificou que municípios brasileiros mais pobres apresentaram uma letalidade 30% maior durante a pandemia em comparação às cidades com maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita (42,6% contra 31,8%, respectivamente). Confira o artigo publicado em língua inglesa no endereço: <https://bit.ly/estudocovidpib>.



Enem: povos originários na redação

“Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Esse foi o tema da redação do Enem 2022. Atual, oportuna e de inegável relevância, a escolha rendeu elogios por parte de especialistas e lideranças indígenas. Em suas redes sociais, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) classificou o tema como “muito importante” e ressaltou o fato de milhões de estudantes estarem pensando e escrevendo sobre a realidade dos povos originários do país naquele momento. “Nunca mais um Brasil sem nós!”, ressaltou a postagem (13/11).

O assunto tem sido uma constante nas páginas de Radis, que na edição de agosto de 2021 (Radis 227), trouxe na capa a reportagem “Guardiões da floresta” sobre como a devastação ambiental vem sendo enfrentada pelos povos tradicionais — entre eles, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos, ciganos e pertencentes a comunidades de terreiro. Recentemente, em outubro (Radis 241), foi a vez de jovens ativistas contarem sobre suas vidas e estratégias de luta na matéria “Novas vozes indígenas”.

A prova de Redação aconteceu na semana de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), no Egito, quando o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva confirmou a criação de um Ministério dos Povos Originários, como havia prometido durante a campanha eleitoral.

O esvaziamento do exame

Apenas 3,4 milhões de estudantes inscreveram-se para participar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2022, uma quantidade bem distante dos 8,72 milhões que fizeram a inscrição em 2014. O exame vem sofrendo um esvaziamento gradual no número de participantes, sobretudo a partir de 2019. No auge da pandemia, em 2021, foram 3,1 milhões de inscritos, o menor interesse desde 2005. Neste ano, houve a segunda menor marca, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Além disso, somente 2.351.513 compareceram aos dois dias de prova em 13 e 20 de dezembro, o que equivale a cerca de dois terços dos inscritos.

Nos últimos três anos, o decréscimo foi preocupante, ainda, entre estudantes pretos, pardos e indígenas, como declarou ao jornal O Globo (11/11) a professora da Universidade

Federal Fluminense (UFF), Hustana Vargas. Para ela, os baixos índices são não apenas uma decorrência da pandemia, mas também da falta de investimento, ou do que chamou de “desinvestimento” na Educação — “seja no ensino médio ou mesmo no superior, onde não há assistência estudantil eficiente, o que poderia garantir o sonho dos alunos com um sistema de bolsa, auxílios etc”. A coordenadora do Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior listou uma série de equívocos por parte do MEC que vão desde a divulgação incorreta de notas e mudanças sucessivas na gestão do Inep até suspeitas de controle ideológico nas provas.

O Enem é a principal porta de acesso ao ensino superior do país e despertar o interesse dos estudantes para o exame apresenta-se como um dos principais desafios na Educação para a próxima gestão presidencial.

3,4 MILHÕES DE ESTUDANTES SE INSCREVERAM PARA O ENEM APENAS 2.351.513 COMPARECERAM AOS DOIS DIAS DE PROVA

ENTRE 2019 E 2021 (DADO MAIS RECENTE DISPONÍVEL), A PARCELA DE ESTUDANTES PRETOS E PARDOS CAIU DE 58% PARA 51,8%

COP27 de poucos acordos

A 27ª Conferência dos Países Signatários da Convenção da ONU sobre Mudança Climática (COP27) terminou em 20 de novembro, no Egito, com pouco a se celebrar. Em um acordo de última hora para evitar o total fracasso da reunião, países ricos, que historicamente são os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE), concordaram com a criação de um fundo para ajudar países mais pobres afetados por desastres climáticos, chamado de “reparação de perdas e danos” (Valor, 24/11).

Os detalhes, como quem deve pagar, de que forma, para quais países, em quais situações e prazos, ficaram a ser definidos na COP28, sediada nos Emirados Árabes Unidos. A Folha de S. Paulo (21/11) ressaltou que outra promessa, de US\$ 100 bilhões anuais para países em desenvolvimento até o final de 2022, jamais se realizou inteiramente.

A União Europeia havia expressado a expectativa de aumentar as metas de redução de gases de efeito estufa, causa fundamental da mudança climática (BBC, 20/11). No Acordo de Paris, de 2015, os países se comprometeram a tentar manter o aquecimento global abaixo de 2°C, e de preferência a 1,5°C neste século. Porém, o planeta aqueceu 1,09°C até agora, e as emissões estão em níveis recordes. A China, atualmente o maior emissor mundial, foi uma das principais opositoras da ideia de uma redução mais ambiciosa dessas emissões ao longo dos anos.

O presidente eleito Lula esteve na COP27 por três dias. Em 16 de novembro, em discurso oficial, ele cobrou dos países ricos o cumprimento da promessa de recursos para enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas nos

países mais pobres e defendeu a criação de mecanismos financeiros para remediar as perdas e os danos causados pela mudança climática (G1, 16/11), o que acabou sendo aprovado. Propôs uma aliança mundial pela segurança alimentar, pelo fim da fome e pela redução das desigualdades, com total responsabilidade climática. E prometeu zerar o desmatamento de nossos biomas até 2030. “A luta contra o aquecimento global é indissociável da luta contra a pobreza e a desigualdade”, disse.



Da COP para a Copa

A primeira Copa do Mundo realizada no Oriente Médio tem sido marcada por protestos e manifestações pró-direitos humanos por parte de delegações e torcedores de diversas nações. O emirado do Catar, considerado o país mais rico do mundo em relação ao PIB per capita, é marcado também por severas restrições à liberdade de expressão, ausência de direitos civis e intolerância à diversidade. Um dos pontos mais criticados é o silenciamento e a perseguição às populações sexualmente diversas, uma vez que a homossexualidade é proibida por lei no país.

O governo local, com apoio da Fifa, chegou a impedir o uso da bandeira do arco-íris, tradicional símbolo LGBTQIA+, nos estádios e até mesmo nas braçadeiras dos capitães de seleções que costumam utilizar o item como forma de combate à discriminação e à homofobia. Tais vedações foram alvo de protestos de equipes como Inglaterra e Alemanha em seus primeiros jogos. Enquanto ingleses se ajoelharam antes da partida contra o Irã, alemães taparam a boca com as mãos na foto oficial do confronto com o Japão.

Após as repercussões, a entidade máxima do futebol passou a permitir a exibição de bandeiras com as cores do arco-íris nas arquibancadas durante os jogos, como noticiou



O Tempo (25/11). Que a Copa do Mundo possa ecoar a mensagem de que a intolerância e o cerceamento aos direitos humanos não devem ser naturalizados sob a justificativa de manifestação cultural. Como dizem os amantes do esporte, que não seja só futebol. 

TERRA ENVENENADA



LUIZ FELIPE STEVANIM

Uma nuvem tóxica se espalhou pela comunidade quilombola de Jejum na tarde do dia 23 de março de 2021, em Poconé, município pantaneiro a 100 km de Cuiabá. Vizinhos a uma plantação de soja, os moradores começaram a reclamar de coceira nos olhos, náusea e dores de cabeça e garganta. Máquinas iniciavam a colheita do grão, lançando no ar uma camada densa de pó misturada ao dessecante, produto químico aplicado, dias antes, para acelerar a secagem da soja. A tempestade de poeira invadiu as casas, recobriu o solo e contaminou caixas d'água, poços artesianos e as hortas dos quintais.

Com sintomas de intoxicação aguda por agrotóxico, as famílias atingidas precisaram deixar suas casas para não continuarem expostas ao veneno disperso no ar. No dia seguinte, acionaram a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), no Mato Grosso, e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), que fizeram uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT). A pulverização

ao lado da comunidade de Jejum havia ocorrido a poucos metros de distância, em desacordo com a norma estadual que determina que a aplicação de agrotóxicos deve respeitar a distância mínima de 90 metros de casas, fontes de águas e estradas.

“Quem está pulverizando sabe que tem gente morando ali, sabe que tem famílias que serão expostas”, afirma Franciléia Paula, engenheira agrônoma e educadora da FASE-MT. O episódio revela o racismo ambiental que anda junto com os impactos dos agrotóxicos sobre comunidades rurais, na visão de Fran, como é conhecida a quilombola que também integra a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e é vice-presidenta da Regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Mesmo que não utilizem veneno em suas plantações, quilombolas, indígenas e pequenos agricultores são os mais afetados pelo avanço do agronegócio em áreas próximas a seus territórios.

Ela conta que as denúncias feitas pelas comunidades quilombolas de Mato Grosso “foram totalmente invisibilizadas



ANDA

Exposição forçada aos agrotóxicos viola direitos humanos em comunidades rurais e tradicionais

pelo poder público”. “Era como se a vida dessas comunidades pouco importasse”, aponta, ao ressaltar que não bastava a evidência de intoxicação das famílias. “Esse episódio mostrou como o poder público se colocou omissivo e a importância do Ministério Público para dar o apoio à nossa segurança, porque estávamos denunciando produtores de soja, o que não é fácil de se fazer em um país que assassina as pessoas que lutam por seus direitos”, pontua. Com a denúncia, um inquérito civil foi aberto e o Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (Indea) autuou o fazendeiro responsável, mas ainda não houve reparação para as vítimas, que incluem crianças, adultos e idosos.

O episódio ocorrido na comunidade de Jejum, em Mato Grosso, é um dos 30 casos de populações atingidas por agrotóxicos reunidos no dossiê Agrotóxicos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, divulgado em setembro de 2022 pela organização Terra de Direitos e pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos. Cursos de água, moradias e plantações são contaminados pelo veneno disperso no ar — e mesmo com os impactos no ambiente e na saúde, trabalhadores rurais e populações indígenas e quilombolas sofrem com ameaças e encontram dificuldade para denunciar e barrar esse tipo de agressão, como revela o relatório.

Dos 30 casos analisados, apenas três tiveram reparação parcial para as vítimas; os outros 27 seguem sem qualquer tipo de resposta a quem teve sua vida e seu território atingidos. As violações coletivas mais recorrentes, aponta o dossiê, são provocadas pela pulverização aérea, seguida de pulverização terrestre, exposição em ambiente de trabalho e despejo inadequado. “Na imensa maioria dos casos de violações coletivas causadas por agrotóxicos, não há a responsabilização dos agentes violadores e a reparação das vítimas”, afirma à *Radis* uma das autoras do estudo, Naiara Bittencourt, advogada popular na Terra de Direitos e integrante do Grupo de Trabalho (GT) em Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A exposição forçada a agrotóxicos é uma das faces do agronegócio baseado no desmatamento e na agressão à saúde de comunidades inteiras que vivem em uma relação de equilíbrio com a terra. “Em 2022, também se silenciam as vítimas ou os inocentes violados em seus corpos e territórios pelo uso de agrotóxicos, especialmente comunidades camponesas, de agricultores familiares, tradicionais e povos indígenas”, afirma o dossiê. Invisibilizadas pelo poder público, *Radis* mostra como essas comunidades buscam alternativas para sobreviver ao avanço do veneno e para construir outro modelo de agricultura.

PANTANAL INTOXICADO

Na Baixada Pantaneira, as comunidades quilombolas sobrevivem do cultivo de hortaliças e do beneficiamento da banana, sem uso de agrotóxico. “Mesmo antes de saber o que era agroecologia, os nossos ancestrais já faziam essa prática”, explica Laura Ferreira, coordenadora estadual da Conaq Mato Grosso e moradora do quilombo Ribeirão da Mutuca, em Nossa Senhora do Livramento (MT). Porém, o avanço de grandes plantações, principalmente de soja, trouxe uma realidade de perda de áreas verdes, escassez de água e convivência forçada com as nuvens de veneno. “Além de danos biológicos, a pulverização de agrotóxico tem causado danos humanos, que afetam o nosso bem viver”, diz.

Mesmo que essas comunidades rurais não façam uso de veneno em suas plantações, resíduos desses produtos estão presentes nos córregos, rios, poços artesanais e até na água da chuva, como indica o estudo Agrotóxicos no Pantanal: Contaminação da água e impactos na saúde e ambiente em Mato Grosso, publicado em julho de 2022. A pesquisa foi desenvolvida pela FASE-MT em parceria com o Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (Neast) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). “Nos últimos anos, a gente tem visto o avanço da fronteira da soja e o agrotóxico tem desencadeado vários processos de adoecimento, não só o adoecimento pela contaminação direta, mas por não conseguirmos manter os nossos modos de vida e as práticas de convivência com a natureza”, resume Fran, uma das coordenadoras da pesquisa.

Nas comunidades de Jejum e Chumbo, em Poconé, onde vivem cerca de 450 famílias, as amostras de água coletadas indicaram a presença de oito tipos de agrotóxico — até na chuva foi identificada a presença de três ingredientes ativos. As águas do Rio Bugres, em Mirassol D’Oeste, que abastecem o assentamento Roseli Nunes, continham a presença de sete agrotóxicos — as mais de 300 famílias que vivem no local utilizam a água para consumo e na produção de alimentos livres de veneno, o que significa que esse tipo de contaminação também traz perdas econômicas. Já no município de Cáceres, as águas do córrego Periquito, dos poços e da cachoeira do

Facão — um ponto turístico da região — estavam contaminadas com a presença de dois aditivos químicos. Ao todo, nos três municípios, a pesquisa constatou a presença de 10 agrotóxicos diferentes, cinco deles banidos em países da União Europeia, na Austrália e no Canadá por apresentarem risco à saúde e ao ambiente.

“Há um impacto direto nos próprios modos de vida das comunidades”, avalia Fran. Como são famílias rurais que vivem do cultivo agroecológico, a própria sobrevivência dessas populações está em risco. “Algumas comunidades são pulverizadas de forma intencional, para justamente forçar a saída de seus territórios, o que facilita para o setor do agronegócio comprar suas terras e expandir suas áreas”, completa. A convivência forçada com o veneno traz perdas financeiras e emocionais, segundo ela. “É um ciclo em que o agrotóxico é só uma ferramenta desse modelo de adoecimento dos nossos territórios”.

A terra, a água, as plantas, o ar são considerados sagrados para essas populações. “Pulverizar veneno e contaminar uma fonte de água de uma comunidade quilombola não impacta somente a saúde, mas a própria relação que ela tem com aquele bem comum que é a água”, ressalta Franciléia. As perdas econômicas também são sentidas, tanto pela escassez de água em pleno Pantanal — cenário intensificado com a expansão do desmatamento, das queimadas e dos monocultivos — quanto pela inviabilidade em manter roças agroecológicas em um entorno cercado pelo veneno. Para a educadora da FASE, o argumento de que o setor agrícola não sobrevive sem agrotóxico desconsidera os impactos econômicos na produção das comunidades rurais. “Os sistemas agrícolas tradicionais, mantidos nas comunidades através dos anos, e as práticas agroecológicas têm um valor imensurável para quem é agricultor, quilombola ou indígena, porque tem a ver com a ancestralidade e a identidade daquele povo”, ressalta.

“ PULVERIZAR VENENO E CONTAMINAR UMA FONTE DE ÁGUA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NÃO IMPACTA SOMENTE A SAÚDE, MAS A PRÓPRIA RELAÇÃO QUE ELA TEM COM AQUELE BEM COMUM QUE É A ÁGUA. ”

FRANCILÉIA PAULA



Franciléia Paula defende o resgate de saberes ancestrais para uma agricultura saudável

GUERRA QUÍMICA

Área reconhecida pelo cultivo de arroz orgânico, o Assentamento Santa Rita de Cássia II, na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi atingido pela deriva de agrotóxico decorrente da pulverização aérea em fazendas vizinhas, em novembro de 2020. Realizada em dias de vento e sem cumprir as normas técnicas para uso e aplicação, a dispersão irregular do “coquetel” de veneno atingiu produtores convencionais e orgânicos num raio de cerca de 30 quilômetros, como informa o dossiê publicado pela Terra de Direitos e pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos.

Para Naiara Bittencourt, casos como esse de exposição forçada de comunidades inteiras afetam direitos sociais, econômicos, ambientais e culturais. “Quando há uma contaminação ou intoxicação, pode-se ferir o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao trabalho digno e à moradia”, explica. Segundo a advogada, ocorre também a violação do direito à liberdade econômica, quando agricultores familiares têm a subsistência afetada ao serem impedidos de desenvolver cultivos agroecológicos em razão das pulverizações constantes. “Essas comunidades e povos têm modos de vida próprios, de acordo com sua cultura e tradição. A maioria cultiva alimentos sem agrotóxicos e têm relações profundas com a natureza. Uma contaminação pode minar a própria existência dessas populações”, reflete.

Dos 30 casos de violações analisados no relatório, 21 (70%) foram causados por pulverização aérea. Segundo Naiara, alguns deles são episódios explícitos de aplicação de agrotóxicos como arma química para expulsão territorial, como ocorrido no Pará e no Maranhão. “Aviões passam por cima das comunidades despejando agrotóxicos, intoxicam pessoas e tornam insuportável permanecer naquele território. A utilização de agrotóxicos por aeronaves nessas áreas também decorre de conflitos agrários ou socioambientais latentes”, descreve. Foi o que aconteceu com as comunidades de Carranca e Araçá, em Buriti (MA): cercadas pela soja, elas receberam “banho de veneno” lançado por aviões em abril de 2021, em uma verdadeira guerra química.

Os atingidos por agrotóxicos encontram dificuldade para obter reparação na Justiça e os culpados continuam impunes, constata o relatório. “A maioria dos casos sequer é acompanhada, fiscalizada ou judicializada, pela dificuldade de produção de provas”, completa Naiara. Segundo ela, as vítimas acabam ficando com todo o ônus de realização da denúncia, de pressionar por fiscalização e, inclusive, de provar os danos que sofreram. “Ou seja, as vítimas são penalizadas duas vezes, e não os violadores, que na maior parte dos casos não são sequer responsabilizados”.

Em contextos de conflitos agrários, há ainda o risco de intimidação e violência. “Nestes casos, as vítimas, apesar de terem denunciado, apresentaram receio ou medo de represálias”. No episódio em Buriti, no Maranhão, o responsável pela pulverização foi autuado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com aplicação de multa. “Uma Ação Civil Pública também foi ajuizada, mas ainda não há sentença, apenas uma decisão que determina a proibição de aplicação de agrotóxicos próximo à área e o pagamento de atendimento médico às famílias atingidas”, conta Naiara. Porém, há casos que sequer são denunciados ou que revelam a fragilidade dos órgãos públicos. Em Marabá, no Pará, a pulverização aérea sobre o Acampamento Helenira Resende, em 2018, levou à abertura de Inquérito Policial e Inquérito Civil pelo Ministério Público do Meio Ambiente, mas o caso foi arquivado por falta de provas.

VIGILÂNCIA POPULAR

Como se costuma dizer no Pantanal, os povos pantaneiros sentem os recados da natureza. O que atualmente é chamado de vigilância popular — prática de monitoramento das condições ambientais e de saúde pela própria população — faz parte do cotidiano das comunidades tradicionais, como destaca Franciléia Paula. “Vigilância popular em saúde é algo que as comunidades sempre fizeram. São os agricultores e as famílias que estão diariamente fazendo esse monitoramento, sentindo as mudanças climáticas, os impactos do uso de agrotóxicos, a perda da biodiversidade e a seca”, afirma.

Se as próprias comunidades não tivessem assumido o protagonismo desta luta contra os agrotóxicos, a maior parte dos casos de exposição forçada ao veneno não seria sequer conhecida. “A pulverização de agrotóxicos causa danos que são irreversíveis para o meio ambiente e para a vida humana”, reconhece a líder quilombola Laura Ferreira. Como explica Fran, a vigilância passa pelo monitoramento a longo prazo dos impactos no território e pela adoção de ações e estratégias para frear e conter o uso desses agentes químicos.

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida criou um canal que reúne as regras de fiscalização e busca facilitar as denúncias por estado (www.contraosagrototoxicos.org/como-denunciar). “O ideal seria a criação de um sistema unificado de denúncias, com protocolos de atendimento e fiscalização bem organizados, evitando que o ônus todo recaia sobre as vítimas”, defende Naiara. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) recomendou, em recente resolução (16/9), que sejam adotados mecanismos de mitigação de danos, como o aumento das distâncias mínimas para pulverização, o alerta às populações atingidas e a realização de consulta prévia a indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Na visão da educadora da FASE, as populações tradicionais — como quilombolas, indígenas e pequenos agricultores — têm outro papel fundamental: o de fortalecer suas práticas agrícolas ancestrais, baseadas em princípios agroecológicos [leia texto na página 19]. E ela faz questão de destacar: “A vigilância popular em saúde não se resume em denunciar o que nos violenta, mas é também reconhecer o que promove saúde”.

VIOLAÇÕES CONTRA DIREITOS HUMANOS

- **30 CASOS** ANALISADOS
- **APENAS 13** FORAM LEVADOS À JUSTIÇA
- EM **APENAS 3** HOUE ALGUM TIPO DE REPARAÇÃO PARCIAL

- NOS OUTROS **27 CASOS** NÃO HOUE QUALQUER REPARAÇÃO
- **21 ENVOLVERAM PULVERIZAÇÃO AÉREA** SOBRE POPULAÇÕES RURAIS

Fonte: Agrotóxicos e Violações de Direitos Humanos (2022)





VENENO NA MESA

Do início do governo Bolsonaro até setembro de 2022, 1.961 novos agrotóxicos foram liberados no Brasil, de acordo com levantamento da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, com dados consolidados a partir do Diário Oficial da União. Desse total, 30% são proibidos em países da União Europeia pelos riscos à saúde e ao meio ambiente e 20% são considerados de extremamente tóxicos a medianamente tóxicos, ainda segundo dados da campanha. O número é maior do que a soma de todos os produtos liberados em uma década, de 2005 a 2015.

“O que vemos é um despejo aqui de produtos que já foram banidos em outros países, inclusive onde são fabricados, por serem considerados perigosos para a saúde humana”, declara Juliana Acosta, enfermeira, mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e integrante da campanha. Segundo ela, a pressão da indústria nos órgãos reguladores sempre existiu, “mas a correlação de forças agora parece estar ainda mais a favor dos interesses do setor regulado, que argumenta que a fila [para registro] é muito grande no Brasil e que produtos mais modernos precisam entrar no mercado”.

Agricultura mais moderna exige a liberação de mais pesticidas? Na visão de Juliana, o lobby ruralista no Legislativo esconde o fato de que esses produtos podem ser perigosos para a saúde, tanto pela intoxicação aguda quanto pelos efeitos a longo prazo. “Estamos falando da presença de substâncias tóxicas além do limite permitido para a cultura de alimentos que consumimos diariamente, como o arroz,

o feijão, o tomate, a laranja”, explica. A consequência silenciosa é mais veneno na mesa dos brasileiros e brasileiras. “O que o mercado quer é aumentar seus lucros sempre, custe o que custar, mas o Estado não pode ser conivente com isso”.

Entre os 14 alimentos de origem vegetal mais comuns na dieta da população brasileira, como abacaxi, arroz, alface, alho, cenoura, laranja, tomate e uva, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) identificou resíduos de agrotóxicos em 51% das amostras analisadas entre 2017 e 2018, segundo relatório publicado em 2019. O programa, coordenado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em conjunto com órgãos estaduais e municipais, mostrou ainda que em a cada 100 amostras tinha uma concentração capaz de causar intoxicação aguda. Para Juliana, essa é uma pequena parcela desse “coquetel de veneno” que chega às mesas brasileiras todos os dias — ela lembra que apenas um terço dos ingredientes ativos registrados na Anvisa são monitorados no programa.

A fiscalização sobre o uso e a comercialização desses produtos no Brasil é precária, pois conta com estrutura ineficiente nos estados e municípios, aponta a enfermeira integrante da campanha. “Hoje são autorizados no Brasil produtos que o Estado não tem como monitorar, porque não existe laboratório que faça análise de todos eles, e porque não há profissionais suficientes para vigilância e muitas vezes os representantes da indústria de insumos estão mais próximos do produtor do que os agentes públicos”, avalia. Na ausência de fiscalização e informações confiáveis, os consumidores não fazem ideia de quanto veneno é servido na mesa.



AGROTÓXICOS NO BRASIL

- **1.961** NOVOS AGROTÓXICOS REGISTRADOS NO GOVERNO BOLSONARO
- **30%** PROIBIDOS NA UNIÃO EUROPEIA
- **20%** CONSIDERADOS DE EXTREMAMENTE TÓXICOS A MEDIANAMENTE TÓXICOS

Fonte: Campanha Permanente
contra os Agrotóxicos

- ENTRE 2010 E 2015 FORAM REGISTRADOS **815** AGROTÓXICOS E ENTRE 2016 E 2020 ESTE NÚMERO MAIS QUE DOBROU, SENDO LIBERADOS **2.009** AGROTÓXICOS

Fonte: Dossiê contra o Pacote do Veneno

E não só nos vegetais: o estudo “Tem Veneno Nesse Pacote”, divulgado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), apontou a presença de agrotóxicos em alimentos ultraprocessados derivados de carne e leite, como salsicha, iogurte, empanado de frango e requeijão. A segunda fase do levantamento, publicada em julho de 2022, mostrou que, dos 24 ultraprocessados de origem animal de marcas famosas analisadas, 14 continham algum resíduo de veneno. Juliana lembra que são alimentos que estão na lancheira de muitas crianças. “Não tem pra onde correr: comprando tomate na feira ou molho de tomate no supermercado, se não for agroecológico ou orgânico, vai comer veneno”, constata.

“Os agrotóxicos podem estar presentes tanto em alimentos in natura como em produtos alimentícios processados e ultraprocessados, uma vez que não existe nenhuma técnica capaz de remover 100% dos resíduos de agrotóxicos em alimentos, incluindo os de origem animal”, explica Aline Gurgel, pesquisadora do Laboratório Saúde, Ambiente e Trabalho do Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco) e vice-coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) Agrotóxicos e Saúde da Fiocruz. Ela pontua que a presença de agrotóxicos já foi identificada no Brasil em sucos, polpas, massas, salgadinhos, biscoitos, pães, ovos, leite, carnes e outros alimentos. “Apesar do perigo que o consumo de agrotóxicos representa para a saúde da população, não existe nenhuma lei que obrigue a indicação de que aquele produto foi produzido com o uso de agrotóxicos, negando à população o direito à informação”, relata.

Para se contrapor à tendência cada vez maior de liberação dos agrotóxicos no Brasil e alertar sobre os efeitos desses produtos na saúde e no ambiente, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida surgiu em 2011 como uma iniciativa pioneira da sociedade civil, reunindo movimentos sociais de produtores rurais, organizações sindicais, estudantes, pesquisadores e diversos outros setores. A campanha tem se mobilizado contra projetos que pretendem flexibilizar a legislação sobre o tema no Brasil — como o Projeto de Lei (PL) 1.459 de 2022, conhecido como Pacote do Veneno. “Se até hoje o Pacote do Veneno não foi aprovado no Congresso foi porque a campanha e várias outras organizações da sociedade civil promoveram uma mobilização que dificulta essa afronta à vida”, afirma Juliana.

“Mais recentemente estamos articulando uma frente jurídica para apoiar os casos de comunidades atingidas por agrotóxicos e que enfrentam muita dificuldade para formalizar uma denúncia e serem indenizadas por seus danos”, acrescenta. Mesmo que não tenha superado a realidade que coloca o Brasil entre os países que mais expõem a sua população a esses produtos, a campanha tem “disputado narrativa”, na visão de Juliana, e resistido “para que o agronegócio e seus representantes no Executivo e no Legislativo não se tornem onipotentes e impunes”. Também tem apontado a agroecologia “como caminho saudável e sustentável para viver e produzir”.



VENENO NO PACOTE

Depois de tramitar por 20 anos no Congresso Brasileiro, o Projeto de Lei (PL) 6.299 de 2002, conhecido como Pacote do Veneno, foi aprovado na Câmara dos Deputados em 09 de fevereiro de 2022 — e seguiu para tramitação no Senado, agora convertido no PL 1.459 de 2022. Na embalagem do “pacote”, está a proposta de atualizar a lei 7.802 de 1989, a principal legislação sobre agrotóxicos no Brasil; porém, no conteúdo, o real propósito: flexibilizar o controle sobre esses produtos nocivos à saúde no país. “A aprovação do PL 6.299/02 representa um enorme retrocesso para a sociedade como um todo, pois institucionaliza medidas que representam graves danos ao ambiente e à saúde humana”, avalia Aline Gurgel.

Entre seus principais pontos, o projeto permite o registro de produtos mais tóxicos, como aqueles que causam câncer e podem levar a problemas reprodutivos e malformações congênitas, retira a atuação dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente sobre a regulação dos agrotóxicos e confere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) maior poder de decisão sobre esses produtos. Na

avaliação de Aline, projetos como esse que diminuem a atuação do Estado, inclusive sobre produtos perigosos, e reduzem as medidas de proteção ambiental encontram as condições políticas adequadas para serem aprovados. “Uma sociedade séria e verdadeiramente preocupada com seus cidadãos jamais permitiria que decisões políticas pautadas por interesses econômicos guiados pelo lobby da indústria de agrotóxicos se sobrepusessem à defesa da vida”, aponta.

“Haverá impacto sobre os diferentes ecossistemas, pois a intensificação do uso de agrotóxicos fomentado pela flexibilização do registro pode levar à redução ou mesmo eliminação de espécies benéficas, como polinizadores, a exemplo das abelhas”, afirma a pesquisadora da Fiocruz Pernambuco. Além da perda de biodiversidade, a facilitação do uso desses produtos também terá impactos sobre a saúde humana. “Alguns dos agravos associados à exposição a agrotóxicos, documentados na literatura científica, são malformações em crianças, mutagênese, cânceres, desregulação hormonal e outros, além de intoxicações agudas”, destaca.



“ A VIGILÂNCIA POPULAR
EM SAÚDE NÃO SE RESUME EM DENUNCIAR
O QUE NOS VIOLENTA, MAS É TAMBÉM
RECONHECER O QUE PROMOVE SAÚDE. ”

FRANCILÉIA PAULA



Agricultoras quilombolas, na companhia de Franciléia Paula (no centro),
cultivos sem veneno no Pantanal.mato-grossense

Enquanto a legislação atual, de 1989, proíbe o registro de produtos com características “teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas”, o chamado Pacote do Veneno estabelece que somente seriam proibidos agrotóxicos com riscos considerados “inaceitáveis”. “Hoje a legislação brasileira vigente, acertadamente, proíbe o registro de um agrotóxico na primeira etapa da avaliação de risco, que é a identificação do perigo”, explica. A legislação atual se baseia no princípio da precaução, como ressalta a pesquisadora, em que produtos perigosos para a saúde e o meio ambiente são controlados ou proibidos diante de “riscos potenciais” — em outras palavras, não há risco aceitável quando se trata de veneno. “Quantos casos de câncer ou de malformações em bebês são considerados aceitáveis?”, questiona Aline.

Se aprovado no Senado, o PL do Veneno pode levar a “danos irreparáveis aos processos de registro, monitoramento e controle de riscos e dos perigos dos agrotóxicos no Brasil, com graves danos à saúde humana e ao ambiente”, afirmou nota da Fiocruz aos senadores da República (14/2). “Na prática poderemos consumir ou ser afetados por agrotóxicos mais perigosos”, complementa Naiara Bittencourt.

De acordo com Aline, a modificação da lei vigente não representa “modernização” ou “desburocratização”, principal argumento dos porta-vozes do setor agrícola. Ela lembra que, no Brasil, “as pessoas se expõem a uma mistura de substâncias, e não a um agente isoladamente” — e não há estudo capaz de definir com precisão os efeitos para a saúde e para o ambiente decorrentes dessas interações. “Nesses casos, medidas de precaução precisam ser adotadas, evitando a exposição frente às incertezas”, diz.

Outra preocupação é com os trabalhadores rurais que lidam diariamente com esses produtos e estão sujeitos a casos de intoxicação aguda ou a efeitos a longo prazo. “Os trabalhadores constituem um grupo particularmente vulnerável, por estarem expostos rotineiramente, ainda que a baixas doses”, pontua Aline. Segundo a pesquisadora, condições precárias de trabalho se somam à dificuldade de acesso à informação e à carência de assistência técnica e de fiscalização trabalhista, além de um contexto de perda de direitos. “O risco de exposição dos trabalhadores não é eliminado pelo simples uso de equipamentos de proteção individual (EPI). Diversos estudos indicam a baixa eficiência dos EPIs”, completa.



ANTÍDOTO AO VENENO

No Quilombo Ribeirão da Mutuca, em Nossa Senhora do Livramento, no Mato Grosso, cerca de 140 famílias sobrevivem da agricultura familiar quilombola: “Plantamos de tudo um pouco, mas o forte é a banana”, conta a agricultora Laura Ferreira. Na colheita e no plantio, um costume partilhado pelas comunidades quilombolas do Pantanal é a prática do muxirum — palavra de origem indígena com significado semelhante a “mutirão”, em que o cultivo da terra é feito de forma coletiva, por todas as famílias. “A terra não é só números. Não visamos somente o ganho econômico, como fazem os ruralistas. Nós visamos a manutenção dos nossos saberes, nossos modos de vida e nossas vivências”, orgulha-se Laura.

Mesmo com áreas reduzidas pelo avanço da soja, as comunidades rurais pantaneiras lutam para manter a relação de equilíbrio com a terra. Porém, é possível produzir em larga escala sem agrotóxicos? “Não é verdade que sem agrotóxicos o Brasil vai parar. Na realidade o que não se sustenta sem agrotóxicos é o agronegócio e seu modo de produzir com monocultivos e sementes modificadas geneticamente que demandam cada vez mais fertilizantes e venenos”, avalia Juliana Acosta. Segundo a enfermeira, o Brasil precisa se inspirar em suas experiências agroecológicas bem-sucedidas. “A produção recorde de arroz orgânico no Sul do país ficou bem conhecida e, além desta experiência incrível, pequenos produtores batalham pela preservação das sementes crioulas e pela produção e comercialização de alimentos sem aditivos químicos”.

Para Aline Gurgel, existe um modelo de produção pautado na exploração do ambiente e da mão de obra dos trabalhadores, que é predatório e responsável pela destruição de biomas — e que está diretamente ligado às mudanças climáticas e a emergências em saúde pública. “O agronegócio que se sustenta nesse formato tem encontrado nos últimos anos no Brasil a conjuntura ideal para a expansão de seus interesses”, reforça. Mas essa não é a única forma de produzir. Paralelo ao Pacote do Veneno, Aline lembra que existe o PL 6.670/2016, que cria a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara), voltada para a diminuição do uso desses produtos e para a promoção de um sistema alimentar mais justo e sustentável — esse projeto é defendido pelos pesquisadores que assinam o Dossiê Contra o Pacote do Veneno e em Defesa da Vida, coordenado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Campanha Permanente e a ABA. “A Pnara trata do projeto de país que queremos: com mais veneno ou voltado à proteção da vida?”, ressalta a pesquisadora.

E é preciso vencer tabus, a começar pelo principal deles quando o assunto é agro: “O agronegócio não é responsável pela produção dos alimentos que chegam à nossa mesa”, afirma Juliana, ao destacar que é a agricultura familiar que cumpre essa função, como indicam dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “A agroecologia é o caminho para o combate à fome e a produção de alimentos saudáveis para a população, e para isso, precisamos de acesso à terra, políticas públicas com financiamento adequado para pesquisa, assistência técnica e comercialização de alimentos saudáveis”, defende.

São saberes e modos de cultivar a terra que atravessaram gerações, em comunidades tradicionais, as mesmas que são as principais afetadas pela exposição forçada ao veneno. Para a quilombola e educadora da FASE, Fran Paula, o modelo do agronegócio “não é nosso, não é um modelo das comunidades”. “É um modelo dos setores agrícola e químico, que chega oprimindo, violentando e cooptando”. Segundo ela, há total desconsideração pelos sistemas agrícolas tradicionais mantidos por essas populações, que fazem cultivo sem aditivos químicos e em equilíbrio com o ambiente há séculos. Por conta do racismo ambiental, esses modos de cultivar e de viver não são reconhecidos como economicamente viáveis, na avaliação de Fran.

Uma conquista que tem sido buscada pelas comunidades pantaneiras no Mato Grosso, com apoio da FASE, é o reconhecimento de seu modo de produzir como um Sistema Importante de Produção Agrícola Mundial (Sipam), título concedido pela FAO. “A FAO tem um programa em que reconhece sistemas agrícolas que são resilientes e que demonstraram, ao longo do tempo, serem sustentáveis ambientalmente e economicamente”, explica Fran. Tal reconhecimento pode significar mais proteção e incentivos e demonstram que o humano e a terra podem conviver em equilíbrio. “A gente fala que são sistemas engenhosos de agricultura, pois dependem da ação humana para continuarem a ser produtivos”. São experiências que mostram que o agro não é somente “pop” — como vende o anúncio veiculado na TV Globo — nem tóxico: o agro também pode ser vida e saúde. 

SAIBA MAIS

Agrotóxicos e Violações de Direitos Humanos no Brasil: <https://bit.ly/3tjLmb2>
Agrotóxicos no Pantanal: <https://bit.ly/3EKZtSF>
Dossiê contra o Pacote do Veneno e pela Vida: <https://bit.ly/3tlfu0>

TERRITÓRIO SAUĐAVEL

Em Pernambuco, associação de produtores mostra a força da comunidade e de parcerias na construção de outro modelo agrícola

LISEANE MOROSINI

O Espaço Agroecológico de Setúbal, uma subárea do bairro de Boa Viagem, ocupa um trecho junto ao canal do Rio Jordão, na Zona Sul do Recife. Ali, produtores de seis organizações abastecem mesas com produtos cultivados sem agrotóxicos, fertilizantes industriais ou transgênicos. A partir das 6h30 da manhã, vendem legumes, verduras, frutas e ervas que crescem no ritmo da natureza, sem qualquer produto para acabar com pragas e insetos. Há também comidinhas, tônicos e pomadas, fitoterápicos, cosméticos, plantas e sementes. Uma das banquinhas do Espaço é a de Damião e Josiane que, todos os sábados, cumprem uma parte da jornada de trabalho que começa cedo. No dia da feira, o casal deixa o Sítio Marreco, onde moram, por volta de 2h30 da manhã, e segue 72 quilômetros rumo à capital com o carro abastecido com alimentos saudáveis que garantem o sustento da família e a saúde de muitos consumidores.

Luiz Damião Barbosa tem 53 anos e trabalha desde os sete. Começou amarrando cana para diminuir o risco de queda da planta na estrada e seguiu fazendo “muitas outras coisas”, como diz. Seu destino e o de seus 14 irmãos já estava escrito: seguiriam o mesmo caminho do pai, que trabalhava na usina de cana-de-açúcar, dona da maior parte da área cultivável da região. “A gente foi formado para trabalhar para o engenheiro ou para os pequenos fornecedores de cana. Meu pai comprava pequenas boladas de cana. Ele fazia todo o processo da cana

que ia para a usina e era isso que a gente ia fazer na vida”, explica à *Radis*, numa conversa na cozinha de seu sítio. De acordo com Damião, o estudo era coisa secundária em uma região em que a cana-de-açúcar era o motor da atividade econômica. “A universidade era coisa de rico. Ninguém dizia ‘vai estudar’. Nem um pai falava ‘meu filho, isso aqui é seu pedacinho de terra. Invista nisso’”.

Ter o próprio pedaço de terra, participar de uma associação apoiada por uma rede de parceiros e a existência de políticas públicas ajudaram Damião a escrever outra história para a sua vida e a de sua família. Foi em seu sítio que ele descobriu a vocação para a agroecologia e a sua identidade como pequeno produtor rural. Na terra, ele e Josiane cultivam alface, espinafre, bortalha, banana, fava, jerimum, manga, jaca, coco, laranja, abacaxi, acerola e muito mais. Boa parte da produção é vendida nas feiras no Recife, entre elas, o Espaço Agroecológico de Setúbal.

No início, ele conta que da terra só saíam macaxeira e mandioca. Mas, o aprendizado possibilitou que agricultores como ele e seus vizinhos conseguissem diversificar a produção, garantindo renda semanal fixa. O agricultor ressalta que a criação da Associação Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos (Assim), em 1998, foi um marco que mudou a sua história e a da comunidade localizada na área rural do município de Lagoa de Itaenga, na Zona da Mata Norte de Pernambuco.

FORMAÇÃO NECESSÁRIA

A Assim foi criada para ampliar o acesso a linhas de crédito para os agricultores familiares e logo depois fomentou a ideia da produção sustentável e orgânica. Damião conta que a associação recebeu vários apoios e iniciativas para capacitar os agricultores e estimular a geração de renda. Em conversa com a *Radis*, ele lembra das ações do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) na formação de jovens em Agentes de Desenvolvimento Local (ADLs). “Fui convidado para participar de reuniões. Eu achava que sabia tudo, mas estava equivocado”, assume, ao lembrar dos primeiros cursos que ampliaram o seu conhecimento e o aproximaram da agroecologia. “Eu só passei a valorizar a minha propriedade quando fui para o Serta”, conta Damião, que foi presidente da Assim em 2000.

Depois, os agricultores participaram de oficinas da incubadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do Centro Nordestino de Medicina Popular e passaram a produzir polpas e sucos, bolos, pães e doces. O reaproveitamento passou a evitar perdas e permitiu que mulheres, como Josiane Gomes, encontrassem um espaço para atuar indo além do trabalho doméstico. Formada em Magistério, Josiane foi professora voluntária de crianças e passou a acompanhar o marido nas reuniões da associação. Depois, ingressou nas oficinas e em um curso no Senai. Hoje, ajuda o marido no roçado e, de sua cozinha, saem chips, geleias, conservas e biscoitos, que aumentam a renda da família. Ela ressalta que o sistema agroecológico melhorou a qualidade do consumo familiar. “Foi uma mudança na minha vida. Tudo vinha da cidade antes de a gente se envolver nesse processo de agricultura familiar. Agora compramos fubá, arroz e feijão e quase tudo vem da roça”, salienta Josiane, que é mãe de Maria Clara, estudante do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), de Maria Juliana e Benjamin.

DESENVOLVIMENTO EM REDE

A paisagem mostra que a comunidade criou um cinturão verde que contrasta com o monocultivo de cana-de-açúcar. “Eu acho que a usina já teria invadido a nossa terra. Sem aquela formação, a gente iria continuar na mesma história. Dizem para a gente que agricultura familiar é um fracasso, que não tem capacidade e isso não é verdade”, afirma Damião. Ele pontua que o agronegócio produz para exportação. “O que fica no Brasil é minguado. É o refugio. A agricultura familiar é responsável por 70% da alimentação da população. O que falta é programa e formação. Porque se você me perguntar se eu quero dinheiro ou conhecimento, eu quero conhecimento”, salienta. As formações permitiram fortalecer a agricultura familiar. “Eu falo que o começo somos nós que temos a propriedade; o meio é o Serta que capacita os produtores e a associação que organiza; e o fim é a comercialização”.

Em junho, a sede da associação foi reformada e a área da cozinha semi-industrial para uso dos agricultores foi ampliada. Foi também lançado um projeto com foco na segurança alimentar e inclusão de idosos e seus familiares, que oferece oficinas de culinária e desenvolve projetos no campo da agroecologia. “Estamos trabalhando com idosos via Conselho do Idoso do município para melhorar a produção e a futura comercialização do excedente por meio das feiras”, afirma

“ Dizem para a gente que agricultura familiar é um fracasso, que não tem capacidade e isso não é verdade ”

Damião



FOTO: DIVULGAÇÃO.

Rosinete José da Silva, atual presidente da Assim, em uma conversa na sede da entidade. Há cinco associados da entidade que vendem sua produção no Espaço AgroEco de Setúbal.

A associação conta com 54 membros, que estão em transição para a agroecologia ou inseridos no sistema agroecológico, e não aceita agricultores que utilizam técnicas tradicionais. O COEP – Rede Nacional de Mobilização Social, o Centro Sabiá (que atua na multiplicação de sistemas agroflorestais), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), a Cáritas Brasileira Regional NE2 e as secretarias municipais são algumas das organizações do terceiro setor e instituições públicas que participaram dessa trajetória que constrói um território saudável, fortalece o desenvolvimento comunitário e incentiva a prática agroecológica. Hoje, a Assim marca presença em 15 feiras agroecológicas em seis municípios pernambucanos.

FORÇA COLETIVA

Abrigada pela sombra de uma árvore ao lado de sua plantação, Vera Silva, agricultora e segunda secretária da Assim, ressalta a importância dos parceiros e de políticas públicas nessa construção comunitária. “A força coletiva é mais potente que a individual. Posso produzir e vender, mas como agricultora familiar com uma pequena produção eu só me sinto forte numa organização. Eu sozinha seria uma voz muito fraca para ser ouvida pelo poder público”, afirma. Vera também participa da feira em Setúbal. Ela lembra que são 21 anos de trabalho coletivo, em um processo que fortaleceu a associação. Ela conta que demorou a se identificar como agricultora familiar. Graduada em Letras, Vera colocou o pé nas salas de aula, mas logo viu que ali não era a sua raiz. “Foi aí que me firmei como agricultora. A organização coletiva deu base para eu me estruturar”, resume.

A história que Vera construiu também é diferente da de seu pai, Manoel Machado da Silva. “Meu pai hoje sofre as consequências por ter trabalhado na produção de cana-de-açúcar 12 horas por dia por 25 anos sem um salário justo. De certa forma, ele foi muito massacrado”, ressalta. Ela conta que o pai, com 82 anos, ainda precisa trabalhar para sobreviver. “Ele teria mais força se tivesse trabalhado de outra forma. Isso cria uma dependência de que a gente só sobrevive se for com trabalho, que não existe nada fora dele. É resquício de uma escravatura que fere a gente. E eu me reconheço como esse ser que está na sociedade, mas que não só vive pelo trabalho”, afirma.

Para Vera, a vida é também lazer, esporte e bem-estar, produzindo saúde — não só para ela, mas para sua comunidade. “Saúde é o bem-estar das outras pessoas que estão ao meu redor, de um animal que eu cuido, da natureza como um todo, o respeito à flora, fauna, e principalmente às pessoas. O respeito ao todo é fundamental na agricultura familiar e agroecológica”, observa. Segundo ela, a agroecologia trabalha um ciclo de processos. “Trabalhar com agroecologia oferece esse espaço para respeitar as pessoas e dar respaldo à natureza. E isso me dá alegria porque eu vejo o processo todo desenvolvido”, diz.

No coletivo, ela afirma que tem mais força para buscar políticas públicas e reivindicar direitos muitas vezes negados. “Quando estamos organizados coletivamente numa associação, alguém escuta a gente porque não é só a minha voz, é a voz da coletividade”, reforça. Ela entende também que, com a comunidade organizada, é obrigação do Estado dar assistência e escutar as reivindicações da sociedade. “Muitas políticas públicas chegam até nós e não fomos ouvidos. Eles fazem um plano para melhorar a qualidade de vida daquele povo sem saber o que ele quer”, pontua.

PESQUISADORES NATOS

Maria José da Silva, irmã de Vera, é licenciada em Ciências Agrárias e mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Hoje, ela atua como técnica agrícola da Assim e, no dia em que *Radis* esteve na comunidade, iria acompanhar agricultores em uma visita técnica. “Mais do que ninguém, os agricultores têm o conhecimento. Eu digo que são pesquisadores natos porque eles observam a realidade, sabem o ciclo de cada cultura, sabem qual o período que é melhor para a colheita, mas existe um saber técnico que a gente oferece para eles aprimorarem o conhecimento prático que possuem”, explica.

Maria exemplifica como a ciência pode apoiar os agricultores no dia a dia: se o mercado oferece produto químico para matar a lagarta que ataca a lavoura, na agroecologia a indicação é do uso de defensivos naturais e insumos existentes nas propriedades. “Em lugar do agrotóxico, nós indicamos o extrato de nim [planta], ou um biofertilizante à base de mamoná, junto com cinzas e com outros produtos que podem ser encontrados na propriedade para controlar insetos ou para desenvolver uma cultura”, diz. Maria reforça que o uso desses biofertilizantes melhora o desenvolvimento e o vigor



“ O respeito ao todo é fundamental na agricultura familiar e agroecológica ”

Vera Silva

da plantação e oferece um produto de mais qualidade para o consumidor.

Para ela, a produção de alimentos sem agrotóxicos melhora também a saúde. “O alimento é o que faz a gente permanecer diariamente em pé. Tudo isso vai favorecer a saúde do indivíduo, seja agricultor ou consumidor, e a saúde do meio ambiente”, observa. Na visão de Maria, o produto químico controla uma praga, mas desequilibra o ambiente, atingindo a saúde como um todo. “Se a gente usa um produto deste para matar um inseto, pode afetar uma comunidade toda”. Ela diz que a reação vem em cascata. “Se não tem alimento para o sapo que consome insetos em geral, ele vai estar fragilizado numa cadeia maior e a propriedade, o local em que os agricultores produzem, fica com a saúde comprometida”, prega.

É DIA DE FEIRA

Nos sábados pela manhã, Bety Asfora vai para o Espaço Agroecológico de Setúbal comprar os produtos para abastecer o consumo semanal de sua família. Moradora do bairro, ela diz que conheceu a feira, primeiro, como consumidora. “Aí eu vi que eles não tinham muito apoio e fui chegando aos poucos”, diz à *Radis*. Bety é uma das voluntárias da coordenação e aproveita esse momento para conversar com os agricultores e buscar soluções para melhorar o funcionamento da feira. “É mais do que um ponto de venda de produtos sem pesticidas. É um espaço de troca, convivência e aprendizado. Não é chegar, comprar e sair. Temos uma área com mesas e banquinhos e o Sítio Sete Estrelas [produtores do município de Igarassu] leva garrafas de café. As pessoas chegam cedo, conversam, tomam cafezinho, aprendem. Virou um ponto de encontro”, narra.

O Espaço foi criado em 1998 e Bety conta que tudo ia bem até que veio a pandemia. “Desestruturou a vida dos agricultores e consumidores. No começo, foi um caos. A gente ficou preocupada com o que eles iriam fazer se não comercializassem o que produziam”, relembra. Foi aí que, juntamente com os agricultores, a coordenação conseguiu viabilizar um sistema de pedidos via WhatsApp e a entrega de cestas em domicílio. Na época, a coordenação da feira fez a ponte para pedir e encaminhar documentos para que os agricultores pudessem circular na cidade no lockdown. Hoje, esse grupo de voluntários continua a ser o elo que une o campo e a cidade facilitando o processo e informando os

agricultores sobre o tempo e o valor de produtos da feira que são vendidos no bairro.

Com a retaguarda montada, a feira não parou na pandemia. Pelo contrário, diz Bety, o Espaço AgroEco de Setúbal foi o único que cresceu nesse período. “Lembrando tudo isso, eu vejo que foi uma fase sofrida, com tantas perdas, mas a nossa feira sobreviveu e cresceu bastante”, ressalta. Hoje, semanalmente, três grupos de consumidores com 250 pessoas recebem a lista de hortifrutigranjeiros disponíveis e fazem pedidos diretamente aos produtores, garantindo a manutenção de uma renda fixa. “Os grupos são abertos no sábado para que as pessoas compartilhem informações sobre o espaço e a alimentação. Estimulamos que os consumidores postem fotos sobre o que aconteceu na feira, o prato que cozinham e mandem dicas. Isso é muito saudável”, observa.

Em uma área improvisada, são realizadas rodas de conversa e comemorações, como o Dia das Crianças e do Agricultor, Festa Junina e a data de aniversário da feira. Há também coleta de óleo e recicláveis realizada por uma organização local. O espaço também conta com música, artistas de rua e teatro mambembe. Bety também destaca a ação social com as comunidades vizinhas por meio do projeto Mulheres Pró-Ativas. Todos os sábados, ao final da feira, os agricultores doam verduras perfeitas para consumo. “Não é xepa. Essa é uma forma de a gente minimizar e agradecer ao plantio, à colheita, à venda, porque nada na agroecologia se perde. Tudo que não é consumido volta para compostagem, para alimentar animais, para beneficiamento e também para a mesa de outras pessoas”, resume. 



“Essa é uma forma de a gente minimizar e agradecer ao plantio”

Bety

QUANTO VALE A ENFERMAGEM?

Suspensão do piso salarial expõe vulnerabilidade da categoria em que profissionais chegam a ganhar menos de R\$ 680

BRUNO DOMINGUEZ

A sanção de uma lei instituindo piso salarial nacional para a Enfermagem, em 4 de agosto, parecia representar um novo patamar de dignidade para 2,7 milhões de profissionais da categoria. A lei 14.434/22 tinha efeitos imediatos: salário mínimo inicial de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras. Mas uma ação da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), acatada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), levou à suspensão da medida. Em 4 de setembro, o ministro Luís Roberto Barroso deu 60 dias para o Legislativo apontar fontes de custeio, o que não aconteceu até o fechamento desta edição. O que deveria ser um momento de celebração se transformou em ameaça de demissão em massa, em um imbróglio que revela quão (des)valorizada é a maior força de trabalho da saúde no Brasil.

ABAIXO DO MÍNIMO

“A política de remuneração dos profissionais de Enfermagem no Brasil está em um patamar muito aquém do ideal, dado o protagonismo que a categoria exerce no andamento dos bons serviços de saúde e as competências que possui”, avalia a presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), Betânia Santos.

A pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, realizada em 2016 pelo Cofen em parceria com a Fiocruz, identificou que a maior parte da categoria tinha renda mensal de até R\$ 3 mil (62,5% das equipes do setor público, 68,2% do setor privado e 70,1% do setor filantrópico). Mas 2.344 profissionais chegavam a receber menos de R\$ 680, e outros 7.971 recebiam entre R\$ 680 e R\$ 1 mil. Salários iguais ou inferiores a R\$ 1 mil foram detectados em todos os setores — eram 1,9% no público, 1,7% no filantrópico, 4,6% no privado e 15,2% no ensino. “Estes valores revelam que uma parcela de enfermeiros, técnicos e auxiliares brasileiros se encontram em clara situação de subemprego”, conclui Betânia.

O enfermeiro Dayvison Amaral não tem dúvidas ao afirmar que nunca se sentiu valorizado ao ver os números impressos no seu contracheque. “Ao contrário, sempre me senti péssimo”, conta à reportagem. Ser profissional da Enfermagem um dia foi sonho. Mas a alegria pela realização se perdeu ao longo de anos de uma rotina exaustiva com pouco reconhecimento.

“Desejei muito na minha época de vestibular ter um trabalho que estivesse ligado à saúde, gostava do cuidado, do contato com a vida humana”, lembra. Filho de mãe solo cabeleireira, precisou de esforço dobrado para terminar sua graduação na cidade de Arcoverde, no interior de Pernambuco. Assim que se formou, em 2013, pegou seu diploma, botou debaixo do braço e foi atrás de um emprego. Logo estava atuando no bloco cirúrgico de uma escola de Oftalmologia.

“Minhas amigas de profissão dizem que sou um enfermeiro muito coringa, porque trabalhei em Centro de Atenção Psicossocial, hospital de campanha, hospital público regional de grande porte, sala de vacinação e com sistema de informação da saúde indígena”, lista. Logo cedo aprendeu que, para melhorar sua renda, teria que acumular vínculos. “A norma na Enfermagem é ter mais de um vínculo para receber um valor mais justo ao final do mês”, observa Dayvison. “Não é trabalhar dobrado, é trabalhar triplicado, de manhã, de tarde e de noite”.

A rotina de sair de um plantão de 24 horas, passar em casa apenas para tomar banho e ir direto para outro emprego sem descansar acabou tendo um custo pessoal que Dayvison não pôde continuar a arcar. “Desenvolvi questões de saúde mental e física decorrentes de anos de desvalorização da minha profissão, que me levava a pegar um plantão atrás do outro, não fazer exercício, não me alimentar bem, não dormir bem”, relata ele, que mesmo com excesso de trabalho continuou buscando se qualificar — cursou especialização em Saúde Pública e mestrado em Educação Profissional.

A atuação na linha de frente de combate à covid aumentou ainda mais essa carga, e então foi impossível não parar. “Estouava exausto e optei por pedir demissão para cuidar de mim, mas muitos colegas não podem fazer o mesmo”, ressalta



Dayvison, que destaca que a Enfermagem é cuidado mas também é técnica. “É muito triste que uma categoria receba um valor medíocre para fazer um trabalho tão importante, gigante, que tem impacto sobre a vida e a morte”.

Betânia também lamenta que enfermeiros, técnicos e auxiliares ainda hoje trabalhem em múltiplas jornadas, mal remunerados e sofrendo com a sobrecarga e o esgotamento físico e mental.

20 ANOS DE LUTA

O Piso da Enfermagem é uma luta encampada pela categoria há mais de 20 anos. Ao longo de todo esse tempo, diversos projetos foram propostos no Congresso Nacional: PL 459/2015, 2982/2019, 1876/2019, 1268/2019, 10553/2018, 9961/2018, 1823/2015, 1477/2015, 729/2015, 597/2015 e 2297/2020. Nenhum chegou a ser votado. “Esse histórico de mais de duas décadas de mobilizações e articulações mostra a persistência da Enfermagem”, diz a presidente do Cofen à Radis.

O Projeto de Lei (PL) 2.564/2020, apresentado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) em 12 de maio de 2020, escapou desse destino e foi aprovado na Câmara e no Senado com ampla maioria — oposição somente do partido Novo. O Congresso aprovou também a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/22, de autoria da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), para permitir a criação do piso via lei

federal. Promulgada em 14 de julho, a PEC buscava evitar questionamentos na Justiça sob o argumento de “vício de iniciativa”, ou seja, de que qualquer aumento da remuneração de servidores públicos só poderia ser proposto pelo Executivo.

LINHA DE FRENTE

Para Betânia, pesou para o voto dos congressistas o papel fundamental da categoria na pandemia de covid-19: “Pela primeira vez, por meio da mídia, estávamos todos os dias na casa de milhões de famílias brasileiras. A sociedade passou a acompanhar mais de perto a nossa árdua rotina, entendendo que era imprescindível valorizar a Enfermagem”. Ela lembra que, nesse período, foram esses trabalhadores que cuidaram de 34 milhões de pacientes infectados pela covid-19, aplicaram 519 milhões de doses de vacinas contra a doença e deram conforto para 680 mil vítimas e seus familiares.

Segundo pesquisa encomendada ao Lagom Data pela Internacional de Serviços Públicos (PSI), federação que representa mais de 700 sindicatos em 154 países, dos cerca de 4.500 trabalhadores da saúde que morreram em decorrência da covid no Brasil nos primeiros dois anos de pandemia, 70% eram auxiliares e técnicos de enfermagem, 25%, enfermeiros, e 5%, médicos.

A presidente do Cofen ressalta que “a Enfermagem está na linha de frente trabalhando para cuidar das pessoas, tratar doenças, reduzir mortes e promover a saúde” desde

Anna Nery, considerada pioneira da Enfermagem no Brasil. Em 1865, aos 29 anos, ela se voluntariou a cuidar de feridos durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). “Digne-se Vossa Excelência de acolher benigno este meu espontâneo oferecimento, ditado tão somente pela voz do coração”, escreveu em carta ao então presidente da província da Bahia, Manuel Pinto de Sousa Dantas.

Historicamente, observa a presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), Shirley Díaz Morales, as pessoas associam a Enfermagem a uma atividade exercida por sacerdócio, com alguém que trabalha por amor, e não por salários. Mas a também conselheira nacional de saúde aponta ser preciso entender que mesmo “atividades que demandam amorosidade” são realizadas por “profissionais que vendem sua prestação de serviço”.

“Somos a força motriz do SUS e estamos ao lado da sociedade prestando assistência nos locais mais longínquos do Brasil e em todos os momentos, desde o nascimento até a morte. Somos cuidado e ciência trabalhando a serviço da vida. Nosso valor é inestimável, pois sem Enfermagem não há saúde. Agradecemos as palmas e as homenagens, mas precisamos urgentemente que todo o protagonismo da categoria seja traduzido em valorização real”, acrescenta Betânia.

O OUTRO LADO

A sanção do piso veio em 4 de agosto, último dia do prazo. Na assinatura de Jair Bolsonaro (PL), houve veto ao dispositivo que estabelecia reajuste anual automático dos salários pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o que garantiria aumento real do poder de compra.

Quatro dias após a sanção, a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), entidade que reúne 90 sindicatos que representam hospitais, clínicas e empresas privadas do setor, ingressou no STF com a Ação Direta de Inconstitucionalidade

(ADI) 7.222/22 para suspender a Lei 14.434/22. O texto pintou um cenário devastador, com “efeitos práticos adversos” como precarização dos serviços de saúde (diminuição do quadro pessoal e “juniorização” dos atendimentos), fechamento de hospitais (sobretudo os sem fins lucrativos e aqueles localizados em regiões menos favorecidas do país), diminuição do número de leitos à disposição da população, comprometimento da universalização da saúde no Brasil e até descontinuação de tratamentos essenciais (exemplo das diálises).

A confederação afirmou que as disparidades salariais nas carreiras da saúde são uma “suposição” e argumentou que o PL foi aprovado em tempo exíguo, sem amplitude de amadurecimento legislativo e com “simulacro” de análise de impacto. A autora da ação calculou a possibilidade de demissão de 80 mil profissionais da Enfermagem e fechamento de 20 mil leitos.

O impacto orçamentário do piso foi considerado no processo de tramitação, conforme demonstra relatório do grupo de trabalho especial que analisou a matéria na Câmara. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o impacto adicional para todos os setores (público, privado e instituições filantrópicas) seria de R\$ 958,3 milhões mensais ou R\$ 15,8 bilhões anuais. “Em linhas gerais, ficou demonstrado que o investimento anual para erradicar os salários miseráveis da categoria representa somente 2,7% do PIB da Saúde, 4% do orçamento do SUS, 2% de acréscimo na massa salarial dos contratantes e 4,8% do faturamento dos planos de saúde em 2020”, indica Betânia.

“Os argumentos da CNSaúde não têm amparo e já foram extensamente refutados”, comenta Shirley. Ela afirma ser enganosa a tese de que o Piso da Enfermagem vai levar ao fechamento de leitos e considera maldosa a ameaça de uma onda de demissões, argumentando que o mercado da saúde já contrata o número mínimo de profissionais e não

Mais de **60%** dos profissionais têm rendimentos mensais de até **3 MIL REAIS**

“SUBSALÁRIO”: TODO RENDIMENTO IGUAL OU INFERIOR A 1.000 REAIS

14,4% DO SETOR PÚBLICO
22,1% DO SETOR PRIVADO
23,7% DO FILANTRÓPICO
13% ENSINO



DIVULGAÇÃO COFEN

Betânia Santos, presidente do Cofen: “Somos a força motriz do SUS”

pode prescindir de nenhum de seus quadros. “A verdade é que nenhum hospital será fechado por este motivo. Muito pelo contrário. Com remuneração digna, o ambiente da saúde ficará mais saudável, terá justiça social e dará reconhecimento àqueles que fazem o sistema verdadeiramente funcionar”, avalia.

Betânia acrescenta ao debate os “lucros estratosféricos” de donos de hospitais e planos de saúde: “Entre os 315 bilionários brasileiros, nove atuam no ramo e oito ficaram multibilionários em plena crise de saúde pública, segundo levantamento da revista Forbes”. Diante desses números, diz ela, não é justo que técnicos de enfermagem recebam R\$ 900 por 176 horas de trabalho mensal e que enfermeiros — profissionais de nível superior e que exercem funções de responsabilidade extrema — recebam R\$ 1.200.

“Ao contrário daqueles que ganham com a exploração da força de trabalho da Enfermagem, a sociedade é majoritariamente favorável à nossa valorização, pois entende que é justo e necessário erradicar os salários miseráveis que são pagos a quem exerce a ciência do cuidado”, diz.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso que sustou os efeitos da Lei 4.434/22, em 4 de setembro, foi aprovada pelo plenário do STF em 16 de setembro, por 7 votos a 4. Os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luiz Fux votaram com Barroso, pela suspensão da aplicação do piso por 60 dias; André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin e Rosa Weber divergiram.

Desde então, o Congresso corre para indicar possíveis fontes de custeio para a medida. Até o fechamento desta edição, faltando 20 dias para o recesso legislativo, ainda não havia definição, o que empurrava a implementação do

piso para 2023.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 44/2022, que autoriza estados e municípios a utilizarem recursos ociosos dos fundos para o combate à pandemia de covid-19 e repesados nos fundos regionais de saúde e de assistência social, foi aprovado no Senado, em 4 de outubro, e na Câmara, em 1º de novembro. A tramitação segue em regime de urgência.

O PLP 07/2022, que remaneja R\$ 2 bilhões dos fundos de saúde e de assistência social de estados, Distrito Federal e municípios para entidades privadas filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas ao SUS, as Santas Casas, para pagar o piso no exercício de 2023 foi aprovado na Câmara, em 11 de outubro, e seguiu para o Senado. Estão em discussão também: desoneração da folha de pagamentos do setor, aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e destinação de royalties do petróleo e de impostos de jogos de apostas.

OUTRAS DEMANDAS

Além da implementação do piso, as representantes da categoria afirmam que há diversas demandas históricas pendentes de aprovação. Um exemplo é o PL 2295/2000, que trata da regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais, aprovado no Senado e que aguarda há anos votação na Câmara dos Deputados. Outros projetos são descanso digno, a aposentadoria especial, o adequado dimensionamento e a formação continuada dos profissionais.

“As condições de vida e trabalho da Enfermagem brasileira serão melhoradas quando tivermos nossas demandas aprovadas e regulamentadas em leis. A dignidade profissional da Enfermagem está diretamente atrelada a uma carga horária justa, ao direito ao descanso digno e ao correto dimensionamento das equipes nas instituições de saúde”, conclui Betânia. 



NANA MORAES

RADIS DO FUTURO

Perguntamos a sete personalidades da saúde e dos movimentos sociais o que sonham ver na *Radis* daqui a 10 anos

LICIA OLIVEIRA E LISEANE MOROSINI

Que Brasil você quer ver daqui a 10 anos nas coberturas de *Radis*? Que saúde você imagina que será retratada em nossas publicações? E qual é o SUS que você sonha daqui a uma década? Pensar no futuro é um exercício de imaginação e de desejo, mas é também um esforço em olhar para os problemas e as contradições do presente e identificar alternativas para superar

as dificuldades. Na última matéria que celebra os 40 anos do Programa *Radis* e os 20 anos da revista, convidamos seis personalidades da saúde e dos movimentos sociais — que são também leitores e leitoras de *Radis* — para imaginar o que gostariam de ver publicado daqui a 10 anos.

E você, já pensou no Brasil e no SUS que sonha para o futuro?

DAQUI A 10 ANOS...

Nísia Trindade Lima, socióloga e presidente da Fundação Oswaldo Cruz

1 O BRASIL QUE QUERO VER

Minha resposta a essa pergunta está muito próxima à carta da Fiocruz aos candidatos à Presidência da República e à sociedade. Ela contém boa parte das esperanças e desafios que enxergo para o país, a saúde e o SUS nos próximos anos. Como elemento básico, está a questão social das desigualdades, que precisam ser superadas a fim de assegurarmos vida digna a toda a população. É impossível pensarmos em um país soberano e democrático sem a plena vigência dos direitos de cidadania, civis, políticos e sociais, garantidos em nossa Constituição. Transversal às questões sociais está a maneira como nos reconhecemos coletivamente. Espero ver por isso um Brasil que promova equidade e cultive outra visão de país e de nação, a partir de uma identidade diversa, tal como afirmamos na Constituição e na existência de povos

indígenas e de populações tradicionais. Espero ver ainda um Brasil empenhado na agenda da sustentabilidade. Podemos crescer, investir, sermos inovadores ao mesmo tempo em que cuidamos das pessoas e do planeta. A Agenda 2030 tem grande convergência de valores com a matriz histórica da própria Fiocruz, baseada em uma forte correlação entre saúde, desenvolvimento e sustentabilidade. A democracia, como valor universal, atravessa todas essas considerações, tanto na atuação das instituições, que se mostraram fundamentais durante a pandemia, quanto na participação popular nos processos decisórios. A inserção internacional do país deve se pautar nessa visão democrática e contribuir para o fortalecimento de uma governança global que reduza as assimetrias entre países.

2 A SAÚDE QUE ALMEJO

Acredito que veremos uma saúde mais consagrada em sua visão ampliada, como bem-estar e boas condições de vida. Veremos uma saúde aliada a uma ciência que mobiliza abordagens interdisciplinares, para lidar com a complexidade das emergências sanitárias, mais frequentes e multicausais. Espero ver uma comunicação da ciência mais próxima da sociedade, para que se cultive uma relação de confiança, ingrediente fundamental nas campanhas de vacinação. Embora a hesitação vacinal no Brasil não seja tão alta, estamos tendo uma adesão ainda baixa à vacinação. O Brasil e o Programa Nacional de Imunizações (PNI) precisam voltar a ser exemplos em termos de cobertura vacinal, para voltarmos a prevenir doenças e eliminarmos o sarampo no país. Um esforço global também vem sendo empreendido em

relação à pólio. Entre outras ações, a Declaração Científica sobre a Pólio, movimento do qual participo, aponta a possibilidade de erradicarmos a doença até 2026. Em relação às arboviroses, temos projetos promissores para reduzir sua incidência, como o Método Wolbachia, cuja eficácia foi reforçada recentemente por estudo da Universidade de Cambridge. Espero ainda ver mais fortalecido o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis). A saúde é uma nova frente de desenvolvimento para o Brasil, e temos muita margem para reduzir nossa dependência externa de importações em saúde, hoje na ordem de US\$ 20 bilhões. Por fim, nada se move na saúde sem seus trabalhadores, que espero ver mais valorizados. Precisamos cuidar também de quem cuida.

3 O SUS QUE SONHO

O Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas da sociedade brasileira. Um imenso contingente da população brasileira, antes sem qualquer proteção social, passou a ter atendimento público em saúde, o que fez da saúde um bem coletivo que cria laços de solidariedade. Sabemos, entretanto, que há problemas para garantir de forma efetiva seus princípios constitucionais de universalidade, equidade e integralidade. O SUS é o maior sistema universal de saúde do mundo em termos de população, mas é também o mais subfinanciado. Para enfrentar essa contradição, propusemos em nossa carta que o investimento público em saúde aumente progressivamente de 4% para 7%. O fortalecimento do SUS

passa também pela Atenção Primária de qualidade, integrada aos demais níveis de atenção e universalizada, presente em todo o país. Ela é o que nos permite chegar antes da doença, fazendo da prevenção um ativo precioso. Um SUS forte nos dará ainda maior capacidade de antecipação, preparação, resposta e recuperação diante de emergências sanitárias. Por sua importância na oferta de produtos essenciais, retomo aqui o conceito do Ceis, entendido como parte integrante do SUS. O SUS é elemento essencial da democracia e de uma proteção social abrangente. Do acesso universal à saúde dependem a justiça social, a equidade, a democracia, a soberania e o desenvolvimento sustentável.

Vanilson Torres, coordenador do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) no Rio Grande do Norte e membro da coordenação nacional

1 O Brasil que eu quero ver, que nós queremos ver, enquanto coletivo, como movimento nacional, é um Brasil inclusivo. É um país restabelecido em relação aos direitos sociais, à democracia, que respeite as diferenças, que respeite o seu povo. É um Brasil sem racismo, sem homofobia, sem capacitismo. Em dez anos, o que queremos ver é um lugar para todos, todas e todes, que veja os determinantes sociais em saúde das populações periféricas, das populações em situação de rua, da população indígena e da população negra que é a grande maioria desse país. Desejamos que seja um Brasil do qual tenhamos orgulho em mencioná-lo em nossas falas, sem retrocessos e com o fortalecimento da democracia.

2 Uma saúde para todos, todas e todes, que não tenhamos milhões de pessoas em filas, na regulação, esperando por uma cirurgia. Esperamos uma saúde em que haja mais respeito com os trabalhadores do SUS. Que o país garanta o orçamento real, adequado e suficiente para a saúde do povo brasileiro. É isso que queremos estampado na *Radis* em 10 anos. Desejamos uma saúde igualitária, respeitando as diferenças, os determinantes sociais em saúde, com moradias para todes. Queremos um país que não se atente somente à doença, mas que cuide da prevenção e que a nossa grande referência na saúde seja o acesso garantido a todas as populações.

3 Nós imaginamos um SUS atendendo a todas as demandas em saúde do povo brasileiro e que possa ter a qualidade necessária para absorver todas essas demandas. Como o SUS é importante em nossas vidas, não é? Acreditamos que finalmente a população brasileira percebeu isso em meio à pandemia de covid-19. Se não fosse o SUS, onde nós estaríamos? Nós imaginamos o Sistema Único de Saúde com possibilidades reais de garantir a saúde do povo brasileiro, de garantir vacinação, que seja feito um bom uso de publicidade na grande mídia e nas redes sociais, que faça com que o povo brasileiro valorize o SUS. Imaginamos um SUS participativo, que possa nos dar as respostas necessárias nas questões de saúde do povo brasileiro. Desejamos que não exista mais a EC 95 [Emenda Constitucional nº 95/2016], que congela os investimentos. Queremos a garantia de acesso com a cara do povo brasileiro, que seja um SUS com democracia.



DIVULGAÇÃO



ACERVO PESSOAL

Arlindo Fábio Gómez de Sousa, professor emérito da Fiocruz

1 Se [eu] estiver ainda por aqui aos noventa anos, quero ver uma população, em especial uma juventude, participando ativamente na determinação dos rumos de nosso país, com o firme compromisso de combater a pobreza, as desigualdades e iniquidades, defendendo e lutando para que todos tenham garantida a integralidade de seus direitos, valorizando a educação, a saúde, a ciência, orgulhosos de fazer parte de nossa diversidade cultural, comprometidos com a preservação de nosso patrimônio ambiental, com a manutenção e fortalecimento das instituições que asseguram nossas liberdades e o compromisso histórico de solidariedade entre os povos por meio de uma participação pujante no cenário internacional.

2 Quando me perguntam qual saúde estará estampada na *Radis*, respondo que a mesma que nestes quarenta anos orientou sua linha editorial, sintetizada no lema Saúde é Democracia. Portanto, o que for daqui a dez anos, que se constitua na vanguarda da discussão sobre saúde, será pauta de *Radis*. Assim foi nestes quarenta anos, assim será nos próximos dez, vinte, trinta e mais anos de vida do projeto que inicia com um punhado de militantes da causa da saúde, jamais acanhado ou omissos diante das questões centrais do debate da saúde, sempre ousado, que ousadia é o que define a linha editorial de *Radis*.

3 A prospecção em nossos tempos tem, mais do que nunca, elevada dose de desejo. Imagino, pois, um SUS assim, potente, apoiado pela sociedade, buscando a equidade, a universalidade da atenção em todos os níveis e atividades, como um processo em construção, atento aos novos agravos, às novas doenças, com apoio da pesquisa, desenvolvimento e inovação, capaz de responder às emergências sanitárias e necessidades de atenção de toda sociedade. Em outras palavras, consoante ao slogan Democracia é Saúde.



Vitória Bernardes, psicóloga e conselheira do Conselho Nacional de Saúde como representante da Amigos Múltiplos pela Esclerose (AME)

1 O Brasil que eu quero ver é um país que avançou em políticas distributivas, na garantia de direitos de forma ampla e não apenas para determinadas populações, um Brasil que se encaminha para a efetivação da justiça social.

2 Eu acredito que a *Radis* vai estampar a notícia sobre a garantia da integralidade das pessoas com deficiência, em que a gente não adoça mais pela negligência e pelas barreiras impostas, que possa ter a nossa saúde de fato garantida como qualquer outra pessoa e também possa fazer cada vez mais parte desses espaços de decisão. A saúde que acredito é aquela que garante emprego para quem quer e pode trabalhar e garante escola inclusiva, transporte e exercício da cidadania sem ser apenas a partir da condição financeira. E isso, sim, seria uma saúde em que a *Radis* vai pautar muito mais a nossa existência a partir

da nossa participação do que da nossa falta no processo de adoecimento.

3 Imagino o SUS investindo fortemente na atenção básica, na promoção de saúde, no compartilhamento de informações sobre os processos de saúde e adoecimento da população. Imagino um SUS que invista na carreira pública, em trabalhadores que não são sucateados, que não estão com relações de trabalho precarizadas. Acredito em um SUS forte, público, sobretudo na atenção básica para que a gente tenha noção do quanto precisamos fazer parte e fazemos parte do nosso processo de saúde. Em dez anos, acredito em um SUS ainda mais comprometido com a emancipação dos sujeitos, em que as pessoas compreendam a importância e façam cada vez mais parte do controle social.

Ana Isabella Almeida, enfermeira da rede municipal do Rio de Janeiro e doutoranda do Programa de Saúde Pública da Ensp/Fiocruz



1 É difícil imaginar o Brasil daqui a 10 anos e falo isso porque estamos vivendo em um tempo de grandes incertezas. Existe um cenário de ataques à democracia, às minorias, à ciência, assim como é um momento de acentuação da pobreza, da fome e também de sobrecarga do sistema de saúde. No entanto, penso que precisamos voltar a ter esperança. Então, desejo que daqui a dez anos eu possa olhar para o Brasil com orgulho novamente como um país que respeita as diversidades, que oferece um serviço de saúde e de educação de qualidade, que supra as necessidades da população e que respeite os direitos dessa população. Um país que também ofereça políticas públicas eficazes, principalmente para os povos mais vulneráveis.

2 Não podemos perder as esperanças, então, por mais que a gente viva em um momento de incertezas, com ataques à ciência, acredito que a saúde que estará estampada na *Radis* continuará sendo a saúde como um direito porque acho que isso é algo que nunca ficará ultrapassado. A saúde como um direito da população e dever do Estado está na Constituição e precisa ser cumprido. Todas as pessoas precisam ter direito à saúde gratuita e de qualidade, então ainda que novos grupos surjam, novos governos surjam, a saúde como direito ainda estará presente e estampada na *Radis*.

3 Por mais que a gente tenha grupos contrários aos ideais do SUS dentro do cenário político decisório e que a gente tenha dificuldades e muitas lacunas ainda dentro do Sistema Único de Saúde, eu vejo o SUS fortalecido porque passamos por uma pandemia, que ainda está aí, e que teve um índice de mortalidade altíssimo por inúmeros motivos: atrasos, falta de medidas de proteção, de prevenção, mas isso poderia ter sido muito pior, poderia ter acontecido um agravamento ainda maior. E no Brasil, conseguimos, de certa forma, conduzir esse processo porque temos um Sistema Único de Saúde gratuito e universal. Então, aqueles que estão dentro desse cenário político decisório e a população entenderam a importância do SUS. As pessoas conseguiram, de certa forma, ser atendidas durante o período da pandemia, a vacina esteve disponível para todas as pessoas de forma gratuita. Então, é possível perceber a força do SUS quando a gente começa a olhar, inclusive, para os percalços que foram trazidos pela pandemia. Então, acredito sim que daqui a dez anos o SUS vai estar muito mais fortalecido.

Maria da Conceição Silva, bióloga, secretária nacional de Saúde da União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro) e conselheira nacional de saúde



1 Eu quero ver um Brasil em que o racismo não seja um determinante das vidas de mais de 50% da população, com segurança alimentar, moradia digna para a toda a população, renda básica, com direito à educação pública de qualidade e a garantia do acesso à universidade para as populações negras, pobres e periféricas. Um Brasil que respeite a sua diversidade biológica e o meio ambiente. Eu quero ver as pessoas trabalhando, sem LGBTfobias, anticapacitista, com democracia e cidadania plena para a nossa população.

Rogério Lannes, coordenador do Programa *Radis* desde 2001, integrante desde 1987 e atual editor-chefe

1 Quando pensamos no futuro, tendemos a fazer duas coisas: tentar imaginar como seria, ou desejamos. Ou então associamos ao presente. Como estou falando de algo que é a razão da minha vida, e envolve causas públicas, desejo um país muito melhor do que acho que realmente vai estar. Dez anos seria o tempo suficiente para ter muito da realidade transformada, apesar de que questões como saúde e educação levam muito mais tempo que isso, porque sofrem muitas disputas. O futuro é resultado daquilo que se pode e do que se deve fazer dentro dessa disputa. No contexto atual, vemos a emergência de novas formas de organização, principalmente populares, com base na questão de classe e contra o racismo, por exemplo. O que conseguiremos construir dependerá muito mais do quanto seremos capazes de fortalecer dessas várias formas de consciência e luta em prol dos direitos.

2 Espero que, além da *Radis*, haja outros espaços e processos de comunicação semelhantes ao nosso, quem sabe até melhores, que reúnam essas vozes e lutas. É muito importante manter a luta, por exemplo, da Reforma Sanitária e os ideais dos direitos universais. Isso é uma razão de ser do *Radis*. Mas, nas duas últimas décadas, o *Radis* teve a percepção de acolher outras vozes, novas articulações e ativismos que também são importantíssimos. As questões ambientais, por exemplo, que atuam como determinantes de saúde, do cuidado com a Terra, do cuidado com as pessoas. Também precisamos observar que, no contexto das redes, as pessoas colocam o seu ponto de vista em debate — e é preciso pensar a *Radis* como um meio que irá acolher o conjunto dessas vozes. A revista precisa se pensar como um ponto de encontro dos debates. E em relação à saúde, espero que haja um pensamento mais amplo sobre as muitas formas de conhecimento, de bem viver, sobre estar saudável, que vão além da medicina e do sistema de saúde. É algo que tem muito a ganhar com a questão ambiental e com o conhecimento trazido pelas populações tradicionais.

2 Penso logo em felicidade, pensar saúde para além de não estar doente, eu penso que as estruturas institucionais do Estado permitam às pessoas uma boa qualidade de vida, desde a efetivação de políticas públicas que possam de fato garantir qualidade de vida e cidadania plena. Temos marcadores sociais que apontam com muita força as desigualdades e expõem a riscos e agravos as nossas populações em sua diversidade. Desejo que tenhamos condições de vida que nos permita que não sejamos apenas um corpo biológico que sofre e adoecer com a inação do Estado. Saúde é tudo e eu quero muito, tudo que de melhor possa existir e dignificar nossas vidas.



ACERVO PESSOAL

3 O que chama atenção é a resiliência e a sobrevivência do SUS, porque ele não acabou, mesmo em um contexto de desmonte. Hoje, o que vemos é a disputa entre o modelo original e a tentativa de privatizar por dentro e por fora. E, em uma disputa, não podemos ir cedendo e nos acomodando. Temos que olhar para a concepção original do SUS e para o aprendizado somado durante essas décadas. Não podemos aceitar menos que isso. O SUS não é utópico, ele é altamente possível, mesmo em governos com marcos neoliberais e capitalistas. Os próximos governos devem financiar o SUS para que ele possa dar conta de oferecer uma saúde integral para a população brasileira. Não falta dinheiro para que isso aconteça. O que demora é o tempo em que precisamos nos empenhar na luta contra as forças para as quais não interessa esse tipo de emancipação da população que oferece qualidade de vida a todos.

3 O SUS que sonho é o SUS que atenda às necessidades da população brasileira, sobretudo quando falo da implementação de Política Nacional de Saúde da População Negra para efetivação de direitos conquistados que garantam a cidadania plena da população negra brasileira. Penso também na atenção à saúde da população indígena. Uma atenção primária em saúde que atenda as demandas das comunidades e territórios, que pessoas em situação de rua não padeçam ou morram nas portas das unidades de saúde. Equidade para LGBTs, população cigana, do campo, águas e florestas. SUS financiado com integralidade das ações, universalidade, com participação e controle social ativo e forte. Sonho com um SUS pleno, nós queremos, eu luto!



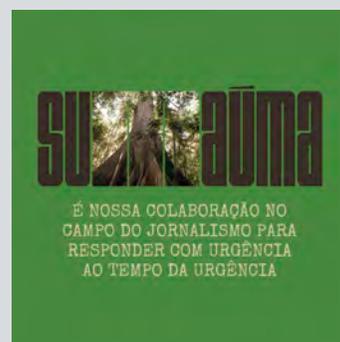


COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) lança dois guias de Acessibilidade na Comunicação voltados à inclusão de pessoas com deficiência. Em formato de bolso e com linguagem direta, as cartilhas trazem dicas sobre o uso correto de palavras e orientações de como eliminar barreiras seja em reuniões virtuais ou presenciais, documentos digitais, apresentações de slides ou ainda grupos de mensagem — por exemplo: não use figurinhas, mas imagens que sejam descritas pelos leitores de telas, caso dos emojis. Um dos guias traz ainda a particularidade de vir escrito em literatura de cordel. O trabalho que originou os guias é coordenado pela pesquisadora Laís Costa. Eles estão disponíveis em <https://bit.ly/3EkqMMT> e <https://bit.ly/3OILY9W/>.

PRATO CHEIO ETC E TAL

Já vão cinco temporadas desde que o site de jornalismo investigativo O joio e o trigo lançou o ótimo podcast Prato cheio, com episódios semanais sobre alimentação. No especial intitulado Nordeste: fome, falta e manipulação, que foi ao ar em agosto, as jornalistas Fabiana Moraes e Joana Perrusi investigam a construção da “indústria da fome” e refletem sobre a invenção de um nordestino que é pintado como “naturalmente” incapaz e faminto. No recente Agrotóxicos: doença e perseguição, a equipe do programa conversa com pesquisadores perseguidos apenas por exercerem seus ofícios: estudar os perigos dos agrotóxicos no Brasil, um tema que dialoga com a nossa reportagem de capa e que envolve ameaças à saúde, interesses comerciais e políticos. Saiba mais em <https://ojoioetrigo.com.br/prato-cheio/>.



SUMAÚMA

Uma das mais respeitadas jornalistas do país, Eliane Brum reuniu-se com outros nomes como Carla Jimenez e Jonathan Watts para lançar Sumaúma, uma plataforma de jornalismo feita da Amazônia — ou “diretamente do centro do mundo”, como pretendem seus idealizadores. A reportagem de estreia publicada em setembro, “Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?”, de Talita Bedinelli, é uma lição de jornalismo. Com apenas dois meses, a equipe já virou destaque internacional. Dados da reportagem “Mais de 2 bilhões de árvores mortas em 4 anos. O legado amazônico do ‘Presidente da Morte’” foram usados em uma campanha global da ONG ambiental Mighty Earth. Vale conhecer: <https://sumauma.com/>.

COTIDIANO

Uma enfermeira e sua conturbada relação com a filha em meio a um cotidiano vivenciado entre uma comunidade controlada por traficantes e milicianos no Rio de Janeiro, um hospital público e as casas dos idosos onde ela faz bicos como cuidadora. Esse pode ser um resumo de Escuta, formosa Márcia (Editora Veneta), vencedor na categoria Histórias em Quadrinhos do Prêmio Jabuti 2022. De autoria do premiado Marcello Quintanilha, a HQ vem recebendo elogios por retratar dramas comuns a muitos brasileiros e brasileiras de maneira surpreendente e emocionante, provocando identificação com os personagens.



VIDAS NEGRAS

A escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917) foi a grande homenageada da Festa Literária Internacional de Parati (Flip), que aconteceu, no Rio de Janeiro, em novembro. Filha de uma mulher negra alforriada, ela é autora de Úrsula, romance que inaugura no Brasil a linhagem de uma literatura abolicionista. Uma boa dica para conhecer a produção da escritora é o livro A escrava, lançado pela editora Hedra, que reúne a novela Gupeva e 32 poemas, além do conto que dá nome ao livro.

A saúde no e-luminismo

LUIZ VIANNA SOBRINHO

Saio da faculdade na década 1980, como médico, no momento da revolução tecnológica eletroeletrônica na medicina e do consequente impacto desses insumos diagnósticos e terapêuticos nos seus resultados e eficácia. Acompanhamos a explosão do uso demorado dessa tecnologia, tão característica da curva de novidades que a ótica de mercado estimula ao consumo. Além do encanto que a técnica fetichizada traz em si, o modelo de remuneração por procedimento (fee-for-service) alavancou o overuse [sobrecarga], e o resultado foi um marcante aumento do custo para o sistema de financiamento, seja público ou privado, e o não menos importante aumento dos danos causados pelo poder dessa tecnologia. De alguma forma, confirmaram-se as previsões de Illich [pensador austríaco] sobre a iatrogenia da medicina industrializada; porém, mais acertadamente pelo ponto de vista da crítica que lhe fez Foucault [filósofo francês] — o problema desta medicina não está em sua ineficácia, mas no seu poderoso e eficaz saber.

Assim, serão esses os principais fatores a justificar a criação de técnicas regulatórias de managed care [gerenciamento em saúde] e a parametrização das condutas pela Medicina Baseada em Evidência (MBE) na última década do século. Nos anos seguintes, o discurso gerencialista do controle corporativo sob a decisão médica utilizará a fundamentação da MBE para dar estofamento ético ao managed care de ajuste dos gastos, com aumento da produtividade e lucratividade. O modus do capital financeiro passa a dominar as duas pontas do complexo médico-industrial — a produção e a venda de insumos, e a securitização da assistência e financiamento do consumo. É preciso equilíbrio fino no controle desse fluxo, para se manter a crescente extração dos excedentes.

A dinâmica de incorporação da gestão corporativa avança na plena cooptação da MBE pelo managed care, com a Medicina Baseada em Valor (MBV), que foca o valor como métrica final para avaliação e comparação de resultado por dólar gasto. É a receita de Michael Porter [estrategista de negócios] e as consultorias de Boston para o mercado de saúde, atrelando definitivamente como meta terapêutica o sucesso clínico-financeiro. Esta inaugura a segunda década deste século com dois pontos fundamentais: a remuneração por esse modelo de desempenho — fee-for-value — e a necessidade de uma

robusta estrutura para o acompanhamento e tratamento da crescente complexidade dos dados gerados em todo o sistema de assistência.

Ora, o modelo do capitalismo financeiro chega à área da saúde com o avanço da desregulação neoliberal, justamente acompanhando o alvorecer da era da informação — a quarta revolução industrial. Estamos agora lidando com extração, processamento, fluxo e armazenamento de dados. Tudo agora pode — ou terá — de ser lido, traduzido ou reduzido ao dado. Enfim, não há mais espaço para a metafísica no pensamento e na prática médica.

No batismo dessa nova medicina, Eric Topol — mestre de gerações de cardiologistas no final do século passado — em seu livro *A destruição criativa da Medicina* (2012), propõe uma total transformação — de inspiração schumpeteriana — das técnicas médicas com o seguinte vaticínio: “A medicina está prestes a passar por seu maior abalo na história [...] pela primeira vez, podemos digitalizar humanos”.

Chegamos assim a uma humanidade encarnada na tecnologia de informação, que ao mesmo tempo em que amplia seu espaço de coletividade para uma universalidade no tempo contínuo da infosfera, reduz a sua individualidade e subjetividade aos limites verificáveis do dado. É esse modelo de prática médica que nos aproxima da mesma leitura de dados feita por chatbots e outras formas robóticas de atendimento a partir de algoritmos de machine learn [aprendizado de máquina].

Assim, torna-se imprescindível estender esta reflexão além do que acontece à medicina ou na atenção à saúde. O novo mundo que se desenha a partir de agora, no prisma da tecnologia da informação, em ‘sociedades de informação’, anuncia o novo ‘colonialismo de dados’ — extração, processamento e capitalização dos sujeitos. E a chegada da Inteligência Artificial (IA) ao mundo do trabalho já se anuncia tão impactante como a da revolução industrial, estendida agora aos serviços e às relações sociais.

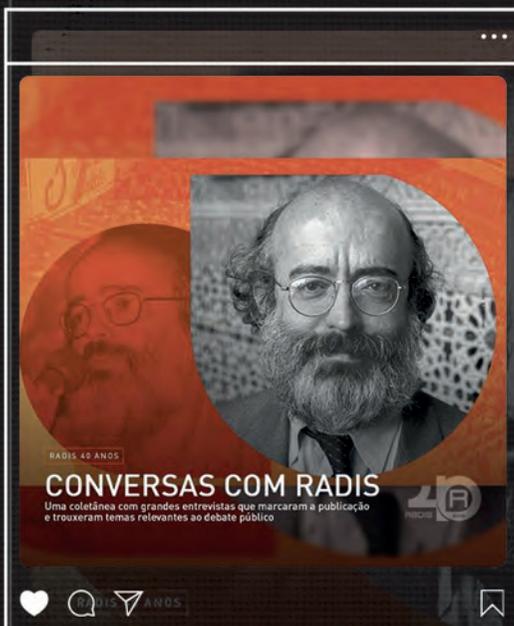
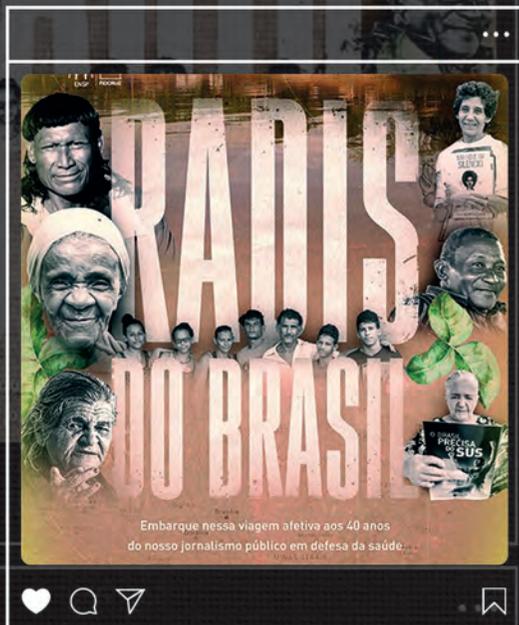
As tecnologias de IA se apresentam com a promessa de um novo ‘e-luminismo’, desenhando um futuro promissor e libertário, ancorado no poder de machine-learn. Mas o controle massivo da informação não mais pertence aos Estados, e sim a poucos conglomerados de grandes corporações que dominam as plataformas; o que torna duvidoso que possa ser colocado a serviço de uma política progressista e emancipatória. Assim, uma nova linha divisória — “abissal?” — pode estar se estabelecendo na realidade social. 

■ DOUTOR EM BIOÉTICA E SAÚDE COLETIVA DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA (ENSP/FIOCRUZ) E PROFESSOR VISITANTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

COMUNICAÇÃO PÚBLICA A SERVIÇO DA SAÚDE

ACESSE NOSSO INSTAGRAM

@radisfiocruz



Siga a Radis no Instagram e no Facebook e acesse nosso site para atualizações